

Construindo tipos: o caso de abusos contra crianças*

Ian Hacking**

Resumo

A ideia explícita de abuso de crianças surgiu num momento definido (1961) e num lugar específico (Denver) a partir das discussões de algumas pessoas com autoridade sobre a questão (pediatras). A referência imediata eram bebês espancados, mas essa referência foi rapidamente ampliada. Novas conotações foram acrescentadas. A ideia arraigou-se numa nova legislação, incorporou-se em práticas, e transformou um amplo espectro de atividades profissionais que envolviam assistentes sociais, policiais, professores, pais e outros agentes sociais. Ao escrever este texto, quis enfatizar o quanto podemos ver conceitos, práticas, instituições, e até pessoas, serem formadas e moldadas diante de nossas próprias vidas.

Palavras-chave: Abuso de Crianças, Construção Social, História e Filosofia da Ciência.

* Kind-making: The Case of Child Abuse, reprinted by permission of the Publisher from *The Social Construction of What?* by Ian Hacking, pp.25-162, Cambridge, Mass.: Harvard University Press, Copyright © 1999 by the President and Fellows of Harvard College. This essay is shortened and adapted from "World-making by Kind-making: Child Abuse for Example," in *How Classification Works: Nelson Goodman Among The Social Sciences*, ed. Mary Douglas and David Hull (Edinburgh: Edinburgh University Press, 1992, pp.180-238. Tradução de Mariza Corrêa. O comitê editorial dos *cadernos pagu* agradece ao autor e à editora as autorizações para publicar este texto.

** Professor Emérito da Universidade de Toronto. <http://www.ianhacking.com/>

Kind-Making: the Case of Child Abuse

Abstract:

The explicit idea of child abuse emerged at a definite time (1961), at a definite place (Denver) in the discussions of some authoritative people (pediatricians). The immediate reference was battered babies, but the reference was very quickly extended. New connotations were acquired. The idea became embedded in new legislation, incorporated in practices, and changed a wide range of professional activities involving social workers, police, schoolteachers, parents, busy-bodies. When writing this I wanted to emphasize how we have concepts, practices, institutions, and even people being formed and molded before our very lives.

Key Words: Child Abuse, Social Construction, History and Philosophy of the Science.

No capítulo 1, critiquei severamente minha própria observação de que o abuso de crianças “é um mal que existe, e era assim antes que o conceito fosse construído. Não obstante, ele foi construído. Nem a sua existência, nem a sua construção devem ser questionadas.” A observação confunde o mal existente, o abuso de crianças (comportamento que existe, situações que existem), com o conceito, a ideia, do abuso de crianças.

Será que minha observação merecia crítica? Naomi Scheman (1997, no prelo) disse que tudo que é socialmente construído existe. Isso parece certo. Se algo foi de fato construído, então existe, e é real! Assim, o abuso de crianças, se construído, é real, e não havia nenhuma confusão afinal. Mas o comentário de Scheman não é tão direto quanto parece. Para perceber porque, vejamos dois exemplos, um de abuso de crianças que é real, e o outro, um pânico recente, aparentemente construído.

“A ideia do abuso de crianças é socialmente construído.” Qualquer ideia que seja debatida, afirmada, aplicada e desenvolvida, é socialmente situada num contexto. Assim, é inócuo dizer que qualquer ideia é construída. Não há por que dizer que a ideia de cavar (uma valeta, digamos) é construída. Mas há porque dizer que a ideia sobre o abuso de crianças foi construída ou, como prefiro dizer, feita e moldada. A ideia explícita apareceu numa época definida (1961), num lugar definido (Denver), nos debates de algumas pessoas com autoridade (pediatras). A referência imediata eram os bebês espancados, mas essa referência foi rapidamente ampliada. Novas conotações foram incorporadas. A ideia foi encampada por uma legislação nova, incorporada em práticas, e transformou uma ampla gama de atividades profissionais envolvendo assistentes sociais, a polícia, professores, os pais, e outros agentes interessados. Ela adquiriu um novo peso moral: o abuso de crianças tornou-se o pior vício possível. Se alguém quiser nomear esta história como uma construção social, tudo bem. O ponto dessa observação é bastante claro.

“O abuso de crianças é real”. O ponto dessa observação também está claro, ainda que a observação fosse mais explícita em 1962, quando poucas pessoas acreditavam que o abuso de crianças fosse comum, menos do que é hoje, quando as autoridades falam de uma epidemia de abuso de crianças. (Raramente vale a pena afirmar alguma coisa que todo mundo sabe que é verdade.) O abuso de crianças não é algo que tenha sido imaginado por ativistas; existem inúmeros casos de crianças que foram fisicamente, sexualmente ou emocionalmente abusadas. *Esse é o ponto de dizer que o abuso de crianças é real.* Trazer esse fato à atenção do público, dos pais, dos professores, dos legisladores, e das próprias vítimas, foi uma das mais valiosas contribuições da tomada de consciência que ocorreu entre 1960 e 1990.

Comparemos com o abuso sexual ritual satânico, sádico, de crianças, SRA [abuso ritual satânico, na siga em inglês] para abreviar. Certamente, a ideia do SRA é uma ideia real, talvez uma ideia muito má. Há uma história interessante, parte dela contada por Showalter (1997), sobre como essa ideia surgiu e foi recebida com um entusiasmo quase histérico. Lendo o livro dela, e os de outros historiadores, gostaríamos de concluir: “A ideia do SRA foi socialmente construída”. Isso é, há uma história específica sobre a formação e circulação dessa ideia, sobre o poder que ela teve sobre um grande número de pessoas, sobre as práticas de suspeição e de vigilância, e as investigações policiais e as comissões de inquérito a que ela levou.

“SRA (ao contrário do abuso de crianças) não é real”. Em alguns lugares, essa é uma observação muito controversa. Algumas pessoas acreditam que incidentes de abuso sexual satânico, ritual, de crianças não apenas são reais, mas também frequentes. Minha pergunta aqui não é se a observação é verdadeira, mas – qual é o objetivo de fazer essa observação?

Por volta de 1990, ocorreu na Inglaterra uma onda de casos denunciados de SRA, que se tornaram um problema nacional. O que levou à mais sistemática e completa investigação sobre SRA já feita em qualquer lugar. Durou seis anos. Todas as alegações

públicas sobre SRA no Reino Unido foram examinadas. A comissão, chefiada por Jean La Fontaine (1998), não encontrou qualquer evidência para as acusações. E sobre o passado? O pior assediador de crianças (que gostava de praticar sexo anal com meninos e meninas antes e depois de torturá-los até a morte) foi Gilles de Rais (1404-1440). Ele foi julgado com o objetivo explícito de determinar o conteúdo satânico de seus assassinatos, mas nem mesmo os inquisidores, os mais treinados e mais diligentes investigadores do satanismo que o mundo jamais conheceu, conseguiram condená-lo por abuso sexual satânico e ritual de crianças, ainda que os tribunais civis e eclesiásticos o tenham considerado culpado, por tortura, e por outros crimes hediondos, e que ele tenha sido devidamente enforcado.¹

La Fontaine não minimizou a incidência do abuso de crianças de modo nenhum. Como poderia ter feito isso, já que seu livro, o mais extenso relatório britânico publicado, baseado em entrevistas de longo prazo com mulheres jovens, produziu estatísticas sobre a alta incidência de abuso de crianças que as entrevistadas tinham experimentado na infância ou no início da adolescência? Um leitor de La Fontaine, do estudo longitudinal, e do caso de Gilles de Rais, poderia concluir o seguinte:

SRA, pelo menos na Inglaterra, é uma fantasia. À luz da evidência disponível, concluímos que não houve casos de SRA no Reino Unido. Por outro lado, o abuso de crianças – físico, emocional e sexual – está muito presente. O abuso

¹ O processo foi traduzido por Georges Bataille (1959), um artista e acadêmico celebrado e, pode-se dizer, pornógrafo artístico, cujo fascínio pelo caso certamente não era inocente. O tribunal eclesiástico excomungou Gilles por “apostasia herética ... evocação de demônios ... e vício contra a natureza com crianças de ambos os sexos conforme as práticas de sodomia” e o tribunal civil o considerou culpado da morte de 400 crianças. Parece um bom caso de abuso sexual satânico? Não muito, já que a evocação dos demônios era feita em relação com a alquimia, através da qual Gilles tentava recuperar sua fortuna desbaratada. “Fiz o que fiz por gosto de sangue, não pelo demônio ... luxúria, não necromancia.” A acusação de satanismo em conexão com as crianças foi rejeitada.

de crianças existe. Também temos razões para achar que houve muitos casos reais de abuso de crianças no nosso passado – mas pouca evidência sobre SRA.

Esse era o ponto para dizer que “SRA (ao contrário do abuso de crianças) não é real.”.

Publiquei três ensaios sobre o abuso de crianças. O primeiro, “Construindo e moldando o abuso de crianças” (1991), é bastante acessível. O terceiro, um capítulo de *Múltipla Personalidade*, também é facilmente encontrado. O segundo ensaio (Hacking, 1992a), no entanto, é difícil de achar, e assim foi utilizado como base deste capítulo. Cada um desses textos, quando publicado, estava atualizado. Eu queria mostrar uma ideia poderosa sendo moldada bem em frente aos nossos olhos. Não tentei atualizar este capítulo. Quando o escrevi, quis enfatizar como temos conceitos, práticas, instituições, e até pessoas, sendo moldadas e formadas bem na frente dos nossos olhos. Os filósofos tem o hábito de examinar velhas ideias. Daí a fórmula de Hegel sobre a coruja de Minerva voando no início da noite; a filosofia surge depois que o dia acabou. Eu queria fazer uma análise filosófica, senão no calor do meio dia, pelo menos no início da tarde. Não há razão para repetir essa experiência, já que, é claro, qualquer atualização do tópico do abuso de crianças estaria em seguida ultrapassado. Ao invés disso, este capítulo oferece um significado real a minhas palavras, nos capítulos anteriores, a respeito de uma ideia sendo modelada numa matriz de tipos muito diferentes de elementos,

Revisando este ensaio, tive como objetivo ilustrar a complexidade do que agora deve ser um caso clássico do que é chamado de construção social. Clássico? O abuso de crianças tem sido chamado de “construção social” desde Gelles (1975). Houve textos irônicos sobre a descoberta do abuso de crianças (Pfhol, 1977) e, a menos que tenhamos deixado escapar a ironia, citações assustadoras são usadas, como num texto sobre a “descoberta” do abuso sexual (Weisberg, 1984). A música continua. Depois de meu

primeiro artigo, Janko (1994) escreveu um livro com o subtítulo de *A construção social do abuso sexual*, e Marshall escreveu uma tese intitulada *A construção social da infância abandonada* (1993).

Tipos relevantes

O filósofo americano Nelson Goodman (1906-1998), conforme citado no capítulo 2, disse que ele era um *construcionalista* – uma palavra inventada por ele. Em 1978, ele publicou um conjunto de conferências com o título *Maneiras de construir o mundo*. “Criar tipos” não é um acréscimo vazio para construir o mundo, já que Goodman tinha muito a dizer sobre tipos, classes, grupos, categorias. Sua tese de doutorado de 1949, *Um estudo sobre qualidades* (1990), lidava com tipos básicos; e era motivada pela ideia de que “sem algumas técnicas de aplicação da lógica simbólica aos temas não-lógicos, os problemas que requerem a lógica simbólica nunca chegarão a soluções claras e precisas.” Assim, ele voltou a uma visão mais antiga da lógica, na qual o estudo correto da humanidade se apoiava em tipos. Que tipos? Tipos relevantes.

Digo “relevantes”, ao invés de “naturais”, por duas razões: primeiro, “natural” é um termo inapropriado para cobrir tanto espécies biológicas quanto tipos artificiais como trabalhos musicais, experimentos psicológicos e tipos de maquinário; e, em segundo lugar, “natural” sugere alguma prioridade absoluta ou psicológica, ao passo que os tipos em tela são antes habituais ou criados com um objetivo (Goodman, 1978:10).

Os tipos são o centro da filosofia de Goodman. É provável que sua descoberta inteiramente original tenha sido “o novo enigma da indução” (Goodman, 1954/1983:72-80). Ele mostra que, quando chegamos a qualquer conclusão geral com base na evidência de seus exemplos, poderíamos, usando as mesmas regras de

inferência, mas com diferentes preferências de classificação, chegar a uma conclusão oposta.

Muitos de seus leitores com inclinação para a lógica acham que esse novo enigma é um truque: ele poderia ser derrotado por definições e distinções. Seus inúmeros leitores entre cientistas sociais, teóricos literários e estudantes de estética, tendem a ignorá-lo como uma técnica juvenil, tendo pouco a ver com as preocupações mais amplas de Goodman. Ambos os grupos estão errados.² Não há uma solução geral para seu novo enigma. Seu alcance vai muito além da indução e de outras formas fúteis de raciocínio. Ele confirma sua doutrina, admirada por alguns, detestada por outros, de que nós podemos, e o fazemos, habitar vários mundos. Ele sublinha sua convicção duradoura de que

sem a organização, a seleção de tipos relevantes, levadas a efeito pela tradição progressiva, não há categorizações certas ou erradas, não há validade ou invalidade da inferência indutiva, não há amostra justa ou injusta, e não há uniformidade ou disparidade entre amostras (Goodman, 1978:138-139).

Há uma certa ambiguidade na ideia de selecionar e organizar tipos. Isso é algo que um indivíduo pode fazer, ou é algo essencialmente social e coletivo? Ambos. Um exemplo de seleção e organização em grande medida individual é a maneira pela qual a Síndrome da Morte Súbita de Bebês se tornou, em grande parte por sua seleção e organização feita por um punhado de pessoas, um elemento essencial na agenda dos problemas pediátricos e sociais. Mas, uma vez que Goodman fala em tradição progressiva, ele deveria ter algo mais coletivo em mente. Essa seleção e organização devem ter afinidades íntimas com o que é chamado de construção social. Uma pré-condição do raciocínio, numa coletividade, é que as classificações existam e sejam

² Levei seu enigma mais a sério do que a maior parte dos leitores – por exemplo, em meus trabalhos de 1993a, 1993b e 1994.

compartilhadas de modo geral, ainda que elas possam sempre ser inventadas e modificadas. A seleção e a organização de tipos determinam, conforme Goodman, o que chamamos de mundo – ainda que ele ache que passamos melhor sem qualquer conceito de mundo. O mundo bem perdido, como ele observou certa vez.

Muito bem. Mas como realizamos os incríveis truques implícitos em Goodman, até chegar à construção de um mundo? Como organizamos e selecionamos tipos relevantes? Ou devemos usar o verbo no passado, como eles surgiram? Goodman fala de uma “adequação com a prática” efetuada pela “tradição progressiva”. Mas ele não nos diz quase nada sobre a prática ou a evolução. Quero começar a preencher esse hiato, dando apenas um exemplo das maneiras complexas pelas quais um tipo pode ser feito e moldado – e, no final, mudar o mundo.

Provavelmente não pode haver uma teoria geral sobre a seleção de tipos. Há várias espécies de tipos, e ninguém mais do que Goodman fez mais para lembrar-nos disso. No entanto, embora ele regularmente fale de “entidades heterogêneas”, até ele tende a por todos os tipos num cesto, precisamente para desenfatizar prioridades absolutas e enfatizar o fato de que tipos artificiais são tão importantes para nós quanto os tipos que encontramos na natureza. Não há nenhum dano em usar um cesto grande, etiquetado “tipos relevantes”. Um cesto não é um processador de alimentos que anula a diferença. O cesto das festas da colheita é abundante justamente porque exhibe uma coleção tão variada de grãos, flores, frutas e vegetais. E, no entanto, por coisas no cesto faz com que as vejamos de uma só forma, como colheita, como abundância, como merecendo ação de graças, por exemplo. Quero tirar algumas do cesto e olhar para elas de maneiras diferentes. Este capítulo vai olhar para apenas um exemplo, para mostrar quão rica, variável e confusa massa de materiais se esconde debaixo desse agradável eufemismo, “seleção de tipos relevantes”.

Precisamos de um exemplo detalhado para perceber como, na vida cotidiana, selecionamos e organizamos novos tipos.

Precisamos de um exemplo de tradição progressiva, não da evolução durante milhares de anos, mas a evolução durante algumas décadas. “Abuso de crianças” serve. É tanto humano quanto científico. Científico? Para os propósitos presentes, mantenhamos como seu significado o que quer que seja que tenha a ciência por objetivo, o que se passa por ciência, o que se inspira nos métodos da ciência estabelecida e bem sucedida, o que pretende descobrir verdades objetivas sobre o mundo e seus habitantes, o que pretende oferecer explicações e fazer conjecturas falsificáveis, para aumentar nosso poder de prever, controlar e progredir. Um tipo pode estar embebido na ciência assim compreendida, sem ser indiferente ou “natural”. Ninguém se surpreende ao ler “o abuso de crianças não é uma categoria naturalista – nada é ‘naturalmente’ abuso de crianças” (Parton, 1985:149). A despeito de uma firme tendência a medicalizar o termo – muitos autores falam do “modelo médico” do abuso de crianças – a semântica do abuso de crianças não chega nem perto da semântica da esquizofrenia ou do autismo, tratada no cap.4. Não há uma patologia subjacente a ser descoberta, que seja unicamente associada com a propensão a abusar de crianças, de tal modo que uma grande parte de população dos que abusam de crianças tenha tal patologia.

O abuso de crianças é um tipo interativo. Tipos interativos interagem com as pessoas e com seu comportamento. Concluo este capítulo com algo ainda mais difícil de entender. Podemos entender bem como novos tipos criam novas possibilidades de escolha e de ação. Mas o passado, é claro, é fixo! Nem tanto. Como Goodman diria, se novos tipos são escolhidos, o passado pode ocorrer num mundo novo. Os eventos de uma vida podem agora ser vistos como eventos de um novo tipo, um tipo que não estava conceitualizado quando o evento foi vivido ou o ato foi cometido. O que vivemos torna-se lembrado de uma nova maneira, e é pensado em termos que não poderiam ser pensados na época. As experiências não são apenas re-descritas; elas são re-experimentadas. Isso acrescenta uma notável profundidade à

visão de Goodman sobre a construção do mundo através da construção de tipos.

Há maneiras menos novas através das quais alguns tipos interativos se diferenciam dos tipos indiferentes. A maior parte de nossas escolhas sobre pessoas são avaliativas. Mas as escolhas científicas, escolhas da medicina ou da ciência social positivista não o são? Sim, essas também. Muitos dos tipos que emergiram nas ciências sociais são tipos de desvio, que tipicamente despertam interesse, já que é indesejável que as pessoas sejam assim tipificadas. As ciências sociais desse tipo têm por objetivo oferecer informação para ajudar pessoas em apuros. As classificações avaliam quem está em apuros, ou criando problemas. Portanto, elas apresentam tipos carregados de valor, coisas a serem feitas ou coisas a não serem feitas. Tipos de pessoas para ser ou não ser. Parcialmente graças a valores implícitos, as pessoas definidas como pertencentes a tais tipos mudam ou retrabalham os tipos. A maior parte de nós deseja ser boa e confessamos nossos pecados como maus. Sócrates argumentava que todos os seres humanos procuram o bem, e há algo a ser dito a favor deste complexo paradoxo.

As classificações podem mudar nossas avaliações sobre nosso valor pessoal, sobre o tipo de pessoa moral que somos. Às vezes isso significa que as pessoas aceitam passivamente o que os especialistas dizem sobre elas, e veem a si mesmas sob essa luz. Mas as realimentações podem ser dirigidas de várias maneiras. Conhecemos bem as rebeliões dos classificados. Uma classificação imposta desde cima é rearranjada pelas pessoas às quais ela supostamente se aplicava. A liberação dos gays é apenas o exemplo mais bem sucedido desse tipo de interação. Tipos interativos estão envolvidos na “avaliação de pessoas”. Não há uma história única a ser contada a respeito disso. Apenas compreendemos como um tipo funciona se o estudamos em certa profundidade. O estudo de um tipo pode iluminar muitos outros. Mas não importa o quão bem escolhido seja o exemplo, ele servirá apenas como um guia para a compreensão de um grupo

de tipos. Ele não deve nunca almejar tornar-se um modelo para todos os tipos. A palavra de ordem é “heterogêneo”.

Por que esse tipo?

Podemos pensar a respeito de tipos usando exemplos simples e estilizados ou usando exemplos complexos e vívidos. Ilustrações abstratas e atemporais têm um lugar central na filosofia, cujo objetivo é estudar o certo e o bom. Mas grandes generalidades e grandes abstrações não devem nos paralisar. Também precisamos examinar conceitos que sejam muito específicos, correntes e densos. O abuso de crianças como um tipo do comportamento humano, e seus correlatos, o abusador e a criança abusada, são de fato densos.³ Utilizar o abuso como um exemplo filosófico pode parecer implicar numa falta de sensibilidade que beira a imoralidade. Ele distancia o autor e o leitor da dor e das vítimas. Não vou defender a escolha com a desculpa pedante de que a ideia de abuso de crianças pode se beneficiar da análise filosófica. De fato há uma imensa quantidade de confusão conceitual sobre a ideia. A leitura da literatura profissional nos enche de tristeza, não apenas pelos destinos das crianças, mas também pela pesquisa e escrita ritualmente institucionalizadas. Mas um estudo filosófico de tipos não vai mudar isso. Minhas razões para escolher o exemplo são práticas. Nós podemos observar isso. Isso está acontecendo agora.

Assim, a primeira razão para a escolha do abuso de crianças é estudar um tipo corrente e urgente. Não é tão frequente podermos observar um conceito em rápido movimento. Goodman falou de evolução, mas deu poucas pistas do que evolui e como. Podemos ver mais do que evolução em três décadas de abuso de crianças;

³ Dorothy Smith, do Instituto de Estudos de Educação de Ontário, foi quem sugeriu que eu olhasse para o abuso de crianças como um exemplo. Não sabia onde estava me metendo, embora ela, sábia e gozadora, certamente soubesse. Meus agradecimentos se misturam ao meu praguejar.

podemos ver mutações que vale a pena chamar de revoluções, deslocamentos conceituais que vale a pena chamar de explosões.

Uma segunda razão para escolher esse exemplo é que o abuso de crianças é um tipo “relevante” em mais sentidos do que no de Goodman. A seleção de abuso de crianças como uma classificação vital teve enormes consequências na lei, no trabalho social cotidiano, no policiamento da família, nas vidas das crianças, e na maneira pelas quais crianças e adultos representam suas ações, seu passado e os de seus vizinhos.

Em terceiro lugar, apesar de seu papel na retórica social e na política de várias extrações, o abuso de crianças foi primeiro apresentado como, e ainda pretende ser, um conceito científico. Certamente há disputas de território: esse é um tópico para a medicina, a psiquiatria, a sociologia, a psicologia, a jurisprudência, ou a autoajuda? Seja qual for a perspectiva, há muitos especialistas firmemente convencidos de que há verdades importantes a respeito do abuso de crianças. A pesquisa e o experimento devem revelá-las. Esperamos que causa e efeito sejam melhor compreendidos, de modo a que possamos prever abusos futuros, possamos explicá-los, possamos preveni-los, possamos determinar suas consequências e controlá-las. Esperamos poder tratar os abusadores de crianças e curar as crianças feridas.

Uma quarta razão para escolher o abuso de crianças é que, para além do fato de que gostaríamos de ter um conceito objetivo a partir do qual seja possível o conhecimento de especialistas, a ideia de machucar crianças inocentes é poderosamente moral. No nosso atual sistema de valores, genocídio é a pior coisa que um grupo de pessoas pode fazer a outro. Abusar de uma criança é a pior coisa que uma pessoa pode fazer a outra. Não podemos ter um melhor exemplo de tipo científico que seja também moral.

Minha orientação é a de Goodman, cética e analítica. Há notas de crítica e de ironia nos esboços abaixo. Pode parecer que estou no negócio de reformar ou de mostrar o que há de errado com o movimento sobre abuso de crianças ou com a ciência social

em geral. Essa não é a minha intenção. Meu interesse é, antes, pela maneira pela qual “abuso de crianças”, “abusador” e “criança abusada” denotam tipos, e o que esses tipos fazem conosco. Eles são diferentes, de diversas maneiras, de tipos exemplares nas ciências naturais. Isso não prova que eles não sejam “científicos”. Devo dizer também que o fascínio com a ideia do abuso de crianças, como eu o esboço abaixo, força algumas questões difíceis. Por exemplo,

apesar de todo seu horror, o abuso sexual de crianças (ou o espancamento físico) machuca, ou mata, muito menos crianças, seja [na Grã Bretanha] ou nos Estados Unidos, do que a simples, miserável e persistente pobreza. Por que, então, quando a pobreza aumentou e os programas sociais diminuíram, nossa atenção foi chamada para abusos sexuais ou outros? (Beard, 1990).

O autor acredita que parte da resposta é que o abuso de crianças oferece bodes-expiatórios: “para qualquer um que veja a pobreza e a privação como um inimigo maior, a preocupação apenas com o abuso sexual deve parecer um perigoso desvio.” Essa também foi a mensagem do mais sério estudo de mortes devidas a abuso e negligência. As crianças que morrem de maus tratos são as pobres (Greenland, 1988). No entanto, a classificação construída, de maneira deliberada afastou-se tanto quanto possível da pobreza e dos programas sociais.

Nos Estados Unidos, onde muito da minha história se passa, a disponibilidade de fundos públicos para famílias pobres com crianças pequenas caiu substancialmente todos os anos da década pós 1981, quando, todos os anos, ouvíamos mais e mais a respeito dos horrores do abuso de crianças, culminando em 1990 com o pronunciamento de uma Comissão Presidencial, de que se tratava de uma “emergência nacional” (*New York Times*, 28/06/1990:A13). A comissão disse que sua primeira tarefa era “alertar a nação para a existência do problema.” E depois? “Queremos um sistema no qual seja tão fácil

para um membro da família receber ajuda quanto é para o vizinho denunciar outro por suspeita de abuso.” Mas não nos tragam tópicos desagradáveis como sujeira, perigo, e o cheiro de urina nos corredores, elevadores que não funcionam, vidraças quebradas por toda parte, cancelamento de programas de alimentação. Só nos conte que seu papai está abusando de sua irmãzinha.

Um esboço da história

Crueldade

“Abuso de crianças” como uma maneira de descrever e classificar ações e comportamento surgiu das discussões e observações que ocorreram em Denver, Colorado, nos anos 1960, e tornou-se público num congresso da Associação Médica Americana em 1961. Isso parece paradoxal. O abuso de crianças não é apenas crueldade para com as crianças com outro nome? Não. Aqui vou apenas resumir os argumentos.⁴

O abuso de crianças emergiu como uma das primeiras causas sociopolíticas nos anos 1960, embora tenha se tornado de fato radical apenas no final da década. A crueldade com crianças foi uma das últimas cruzadas vitorianas e veio depois da luta contra a escravidão, da legislação industrial sobre o trabalho de crianças, contra alcoolismo, a favor da ampliação do voto, contra a vivisseção e a crueldade contra animais. A primeira organização formal dedicada a lutar contra a crueldade com crianças foi a Sociedade Novaiorquina para a Prevenção da Crueldade com crianças, criada em 1874, como adjunta à Sociedade Humanitária, cujo trabalho era a prevenção de crueldade contra os animais. A crueldade contra crianças nunca foi radicalizada. É claro que falo aqui da consciência institucional da crueldade. Os artistas criativos tendem a estar décadas e até séculos à frente dos benfeitores. Não existe uma condenação da

⁴ Ver *Fazendo e moldando* (Hacking, 1991a:264-266), para a argumentação.

violência contra crianças mais poderosa do que a gravura nº 25 na série de Goya de 1799, *Los Caprichos*. Uma criança, com as nádegas nuas, é furiosamente espancada com um sapato por uma velha bruxa. Título: “Mas ele quebrou a jarra” (*Si quebro el cântaro*).

Muitos exemplos do que os vitorianos chamavam de crueldade contra crianças, agora chamamos de abuso de crianças, e vice-versa. Os dois tipos de classificação de comportamento não são idênticos. Mas há inúmeras analogias. Quando examinamos uma cena mais ampla, vemos várias semelhanças entre as ligas de reformas populistas ou caridosas dos anos 1880 e as que começaram nos anos 1960. Algumas parecem se repetir, mesmo em detalhes, como o entusiasmo de certos grupos em separar as crianças dos pais. As organizações femininas tiveram papéis comparáveis, focadas no tema em ambos os períodos. Há, não obstante, diferenças nos aspectos gerais que podemos enumerar brevemente.

Primeiro, a questão da classe social. A crueldade contra crianças, na mentalidade vitoriana, era uma questão de pais pobres que maltratavam suas crianças. O abuso contra crianças, que emergiu nos Estados Unidos nos anos 1960, foi deliberadamente apresentado como sem origem de classe, igualmente comum a todas as classes sociais. Por que? De modo a construir uma ampla coalizão política; de modo a que o abuso de crianças não fosse visto como um tipo de questão exclusivamente liberal, ou de reforma social.

Segundo, os ativistas vitorianos odiavam a crueldade contra crianças, mas não estavam assustados com ela. Risco não era uma palavra em uso na época; era central, no entanto, para a retórica dos anos 1960. Mary Douglas e Aaron Wildavsky (1986) argumentaram que risco e poluição frequentemente andam juntos. É difícil achar um exemplo melhor do que o caso do abuso de crianças. Abuso não é apenas o pior mal, mas também a pior poluição da criança, da família, da sociedade. “Crianças em risco” tornou-se um lugar comum. A crueldade contra as crianças era

ruim. Mas não era o pior mal, que induzisse pensamentos de horror e desgosto.⁵

Terceiro, a crueldade contra crianças não era um problema médico, ao passo que o abuso contra crianças foi medicalizado desde o início. A ideia foi posta em cena pelos pediatras. Os que abusavam de crianças eram descritos como doentes. A medicina não manteve de modo nenhum um controle uniforme da administração do abuso contra crianças, mas quem quer que queira o controle deve tratar do abuso contra crianças dentro de alguma ciência. Compare-se com a crueldade que não foi objeto da ciência. Homens que espancavam seus filhos não foram objeto do escrutínio médico como um categoria específica de pessoa doente. Uma boa parte do que Donzelot (1979) chama de “polícia das famílias” fez uso de teorias médicas, mas a crueldade seguiu outra rota. As pessoas não tentaram controlá-la por meio de um tipo especial de conhecimento sobre o cruel. Elas nunca propuseram que os pais cruéis fossem um “tipo” de ser humano a respeito da qual o conhecimento especializado fosse possível.

Quarto, os tribunais vitorianos tiveram inúmeros casos de ofensas sexuais contra crianças, mas o ataque sexual ou a sedução não foram categorizados como crueldade contra crianças. Não apenas as ofensas eram tratadas sob outras leis, como o discurso da época simplesmente não vinculou a crueldade contra crianças com ataques sexuais a crianças ou com a sua sedução.

A crueldade contra crianças saiu de cena por volta de 1910. A Divisão Infantil da Associação Humanitária Americana e organizações estaduais e federais semelhantes foram mantidas, mas todas foram de certa forma deslocadas por uma profissão emergente. O próprio nome “assistente social” era virtualmente desconhecido antes de 1900, mas por volta de 1910 havia escolas de assistência social em várias nações, a começar pela Holanda.

⁵ Para a discussão da conexão entre abuso de crianças e poluição (inclusive auto-abuso, especialmente masturbação), ver *Fazendo e moldando* (Hacking, 1991a:277-280).

Por volta de 1912, havia um florescente Intercâmbio Nacional de Assistentes Sociais nos Estados Unidos, com um Escritório de Emprego que listava um número enorme de categorias, adequadamente incluindo trabalho familiar, famílias desintegradas e crianças negligenciadas. A antiga tradição de amadores caridosos foi desmantelada ou reorganizada com profissionais nas ruas ou nos tribunais. Nos cinquenta anos entre 1910 e 1960, havia enormes problemas em torno de crianças e adolescentes. A mortalidade infantil e a delinquência juvenil tomaram seu lugar à frente da crueldade contra crianças.

A atenção dos norte-americanos pode até ser mapeada através dos programas de sucessivas Conferências sobre crianças na Casa Branca inauguradas pelo presidente Hoover, que deu o famoso conselho de que a nação devia agora cuidar tão atentamente da produção de crianças quanto das produções agrícolas. Essa analogia foi poderosa pelo menos até 1941. Uma fábula recorrente do Meio Oeste (no caso, Indiana) contava sobre uma mãe solteira e doente, com crianças famintas, pedindo auxílio, sem obter resposta das autoridades estaduais e federais. Mas um telegrama para o Departamento de Agricultura dos Estados Unidos sobre um caso de “cólera suína” recebeu resposta: “Certo, vou já enviar um agente”. A história conclui: “Qualquer um, mesmo um bobo, pode perceber que seria maluco se o estado salvasse a vida de uma mãezinha e não pudesse mantê-la. Moral: seja um porco que valha a pena salvar.” (Goddard, 1927:195-197). Mortalidade infantil, saúde da criança e crime adolescente foram prioritários durante metade da década.

Então, em 1961-62, apareceu o abuso infantil. O estímulo imediato veio de um grupo de pediatras em Denver, liderados por C.H. Kempe. Eles chamaram a atenção para lesões repetidas em crianças pequenas. O Raio-X era a prova objetiva. Descobriram-se fraturas soldadas nas pernas ou nos braços de crianças, e sinais semelhantes de lesões não registradas, não denunciadas. Houve até uma “síndrome” na literatura dos raios roentgen (Raios-X) que ninguém tinha tido a coragem de denunciar como tendo sido

causada por pais espancando seus bebês. Era difícil de adivinhar o tópico de um artigo de 1945, “*Infantile Cortical Hiperostos: Preliminary Report on a New Syndrome*”. Apenas em 1961 o grupo de Denver anunciou a “Síndrome da Criança Espancada”. Eles a publicaram em 1962, tendo a inteira majestade da Associação Médica Americana como apoio. Os jornais, a televisão e as revistas semanais de massas anunciaram a nova peste. Em 1965, o *Index Medicus* incluiu o abuso de crianças em sua lista de categorias médicas a fazerem parte do catálogo. Indicadores de interesse geral, tais como os do *New York Times*, que antes tinham o indicador “crueldade com crianças”, começaram a listar duas entradas, a segunda sendo “abuso de crianças”, que então se tornou o lugar de referência para registro de histórias sobre abuso e crueldade. Entrementes, “Kempe” tornou-se não apenas o nome de um homem, mas também de uma quebra radical na nossa conscientização, de tal modo que logo se podia escrever retrospectivamente sobre “Abuso contra Crianças antes de Kempe” (Lynch, 1986).

É surpreendente como parte do “conhecimento” sobre abuso de crianças foi afirmada desde o início como parte do quadro analítico, conceitual, desse tipo recém-noticiado de comportamento humano: “Frequentemente os pais estão repetindo o tipo de comportamento que receberam na sua infância” (Kempe e outros, 1962:23). Em seguida tivemos: “abusado como criança, abusivo como pai”. Esse se tornou um item de crença nos Estados Unidos por boa parte da população bem intencionada, moderadamente informada e com inclinações liberais. A literatura sobre a “herança” do abuso contra crianças era, no entanto, incrivelmente mista, com firmes crentes alinhados contra céticos completos.

Os crentes ganharam o campo, por duas razões. Primeiro, a afirmativa soava verdadeira, isto é, combinava com as crenças do século vinte a respeito das experiências infantis formarem o adulto. Em segundo lugar, agora é previsível que um parente abusivo afirmará que foi abusado quando criança. Isso explica, e,

portanto atenua o comportamento. Assim, há suficiente evidência de “confirmação”. Não estou dizendo que a proposição é falsa. Estou dizendo que o terreno para aceitar a proposição como verdadeira tinha pouco a ver com evidência. Os estudos estatísticos de ambos os lados exemplificam o papel da tecnologia estatística na legitimação das paixões – não “entra lixo, sai lixo”, mas “entram crenças, saem crenças”. Por volta de 1995, havia mais do que noventa estudos estatísticos importantes. Com tal riqueza de dados, é usualmente possível fazer meta-análises estatísticas que detectem padrões subjacentes mesmo quando estudos individuais pareçam conflitar com eles. Este ainda não foi o caso com a questão do abuso de crianças.⁶

Desde o início também a agenda de soluções incluía a injunção prática de separar os bebês de seus pais ou guardiães: “Os médicos não veriam com bons olhos a volta das crianças para um meio no qual existe um risco de repetição, mesmo moderado” (Kempe, 1962). Declarou-se que todo o tema precisava de especialistas médicos: “É responsabilidade da profissão médica assumir a liderança deste campo” (Helfer, 1968:25).

A imprensa popular era fiel, falando de “adultos doentes que cometem tais crimes.” Aqui há dois pontos a fazer. Primeiro, de que existe um conhecimento, uma verdade, sobre o abuso de crianças, a ser descoberto, e, segundo, de que são os médicos que devem fazê-lo. Mesmo aqueles que protestam contra o controle médico não parecem capazes de escapar da conceitualização médica. Por exemplo, dois sociólogos, num estudo incomumente informado sobre o abuso de crianças, observam que “abuso de crianças” denota demasiadas coisas. “Ainda está por ser demonstrado o que há de comum nos diversos fenômenos que são considerados como manifestações de abuso e negligência.” Precisamos de “maior especificação nas pesquisas para propor

⁶ Ver *Rewriting of the Soul* (Hacking, 1995b, 64-66), para atualização estatística. Tradução brasileira: *Múltipla personalidade e as ciências da memória* (2000). Rio de Janeiro: José Olympio, 2000.

políticas, incluindo pesquisas epidemiológicas, etiológicas e avaliativas. Até que haja uma definição mais clara sobre o que deve ser contado e estimativas de dispersão, estimativas de incidência e epidemiológicas serão fúteis. Do mesmo modo, a pesquisa etiológica pode ser prematura...” (Giovannoni e Becerra, 1979:239). Note-se como esse livro de sociologia precisa expressar suas ideias em latim médico, etiologia e epidemiologia.

A fusão de eventos com pouco “em comum” facilitou a criação de uma frente popular. O programa político resultante foi brilhantemente descrito por Bárbara Nelson (1984), na tradição do trabalho de Joseph Gusfield sobre a montagem de agendas sociopolíticas. Se, em 1962, não havia qualquer legislação específica em parte alguma do mundo para a denúncia de crianças espancadas, um punhado de leis e agências em breve surgiram no estado nacional, e ao nível local – primeiro nos Estados Unidos, depois em outras partes do mundo anglo-saxão, e em seguida na Europa continental. Dado o clima de opinião individualista, peculiar aos Estados Unidos, parte essencial da agenda política norte-americana foi separar o problema de crianças lesionadas de qualquer questão social. “Este é um problema político, não um problema da pobreza” insistiu o senador e então vice-presidente Mondale, que liderou as propostas por leis nacionais. Liberais e conservadores podiam concordar em algo, desde que as questões sociais não fossem levantadas. Se o abuso de crianças é uma doença, então podemos atuar em uníssono para combatê-la. O presidente Nixon assinou um Ato tratando do abuso de crianças em 1974. Apenas uma voz no Senado se opôs (Jessé Unruh).

Sexo

A síndrome das crianças espancadas aplicava-se a crianças de até três anos. Os pediatras de Denver disseram mais tarde que tinham deliberadamente tomado a decisão de não ir a público com “abuso físico” como um rótulo geral para o que estava

acontecendo em muitas famílias americanas. Eles ficaram com medo de que uma audiência conservadora de colegas não aceitasse isso. Mas quando fotografias arrepiantes de inocentes maltratados aparecessem – machucadas não apenas com paus e pedras, mas com cintos, unhas, pontas de cigarro, água fervendo – logo se tornaria óbvio que os bebês não eram as únicas vítimas. No entanto, ajudara começar pelos bebês, em relação aos quais a questão da punição e da autoridade dos pais podia ser deixada de lado. No nosso esquema das coisas, os bebês são muito jovens para serem punidos, e ainda mais com tanta brutalidade.

Uma vez que o grito foi dado, os bebês espancados seriam vistos apenas como uma subclasse do tipo “real”, a criança vítima de abuso. Privilégios sacrossantos podiam ser desafiados. Punição corporal não é uma espécie de abuso de crianças? As famílias e as professoras poderiam ser policiadas para haver segurança de que não batiam nas crianças. Havia variações não físicas de abuso, tal como “abuso de confinamento”, amarrar crianças ao pé da cama durante dias ou prendê-las em armários escuros. Mas nos anos 60 abuso e negligência de crianças significavam abuso físico e negligência. O sexo era periférico ou ausente. Os pioneiros de 1962 disseram mais tarde que eles estavam bem cientes de abuso sexual, e o tinham na mira de alvos futuros. Oficiais de polícia, assistentes sociais, psicoterapeutas e ministros religiosos certamente sabiam que abuso sexual e abuso físico ocorrem com frequência nas mesmas residências. Mas a tarefa de juntá-los foi deixada às ativistas feministas. Talvez haja uma data exata para o remodelamento da ideia de abuso de crianças: 17 de abril de 1971, quando Florence Rush falou à Conferência Feminista Radical de Nova Iorque justamente sobre este tema.

Não devemos confiar demasiado em datas. *Peyton Place*, o best-seller de Grace Metalious, de 1956, é um dos mais valiosos documentos sociais dos anos 50. Lemos no enredo que Lucas, o pai de Selena,

era um bêbado e um espancador da esposa e um abusador de crianças. Quando digo abusador de crianças quero significar o pior que você possa imaginar. Lucas começou a abusar sexualmente de Selena quando ela tinha quatorze anos e a mantinha quieta com a ameaça de matar a ela e ao irmão menor se ela fosse à polícia (Metalious, 1956:347).

Essa é uma pista extraordinária sobre o que estava acontecendo na década mais próspera e complacente da história americana. No entanto, não houve uma ampla tomada de consciência pública da conexão entre abuso infantil e incesto até maio de 1977, quando a reportagem principal da revista *Ms* foi “Incesto: o abuso de crianças começa em casa” (Weber, 1977). Um grupo de figuras com quase mais nada em comum confirmou que os homens abusam sexualmente das meninas nas suas famílias com muito mais frequência do que se abusa dos meninos.

Por que, embora esse dado tenha sido consistentemente documentado em todas as fontes disponíveis, não foi feita nenhuma tentativa de explicá-lo? Por que a vítima de incesto recebe tão pouca atenção ou compaixão na literatura, ao passo que encontra tantas autoridades querendo afirmar ou que o incesto não ocorreu, que não a magoou, ou que ela era a culpada por isso? Acreditamos que uma perspectiva feminista precisa ser invocada para tratar dessas questões (Herman e Hirschman, 1977:359).

Ainda que o abuso sexual na família tenha se tomado um “problema social” reconhecido apenas depois de 1975, as autoras têm razão em falar de documentação prévia consistente. Estimativas estatísticas muito altas do que agora chamamos de abuso sexual de crianças não eram novidade. Em 1950, o segundo dos famosos relatórios sexuais de Kinsey, sobre as mulheres (1953), encontrou um índice de 24% de meninas que sofreram abuso. Landis (1956) encontrou um índice de 30% para meninos e 35% para meninas. Kinsey não achava que as experiências precoces eram necessariamente ruins.

O incesto é um tabu incrivelmente poderoso. Num livro chamado *Incesto como abuso de crianças*, lemos que “O incesto entre adultos e crianças ataca o próprio centro da civilização” (Van der May e Neff, 1986:1). Tão logo o incesto e o abuso infantil se juntaram, o conceito de incesto foi radicalmente ampliado. Acariciar e tocar tornou-se incesto tanto quanto relações sexuais (Browning e Boatman, 1977; Forward e Buck, 1979; Finkelhor, 1979a). Cornelia Wilbur (1984:3), a médica que nos deu a múltipla personalidade, escreveu que “a exposição crônica a exposições do sexo e a relações sexuais durante a primeira e a segunda infância é abusiva. Isso ocorre quando os pais insistem que uma criança durma na cama deles até oito ou nove anos de idade”.

O conceito de abuso infantil também pôs sob suas asas o “abuso de irmãos”.

A evidência sugere que a violência entre crianças, especialmente irmãos, é grande e talvez tenda a aumentar com o fato de que mais pais solteiros e trabalhadores são forçados a deixar crianças pequenas sob os cuidados dos mais velhos (Wissow, 1990:195).

Brincadeiras sexuais entre crianças, especialmente com uma diferença significativa de idade, foi crescentemente vista como uma espécie de abuso infantil, portanto, incesto. Édipo torna-se Electra.

Liberação

Muitas dessas exposições foram extraordinariamente liberadoras. Isso possibilitou que muitas mulheres, e cada vez mais muitos homens, tornassem conhecidas suas experiências degradantes, frequentemente nas mãos de parentes consanguíneos, por afinidade, ou por conveniência – pais, tios, avós, primos, padrastos, namorados, companheiros das mães ou tias. Houve também alguns homens que lembraram sexo forçado com mães e tias. Contar as histórias era catártico. Seus

sofrimentos não estavam apenas no ataque imediato, ou no medo do próximo, mas numa destruição sistemática da personalidade, numa crescente incapacidade de confiar em alguém, em estabelecer relações de confiança e afeto com qualquer ser humano. Não apenas havia uma distorção das respostas sexuais, mas também uma distorção de qualquer resposta afetiva. Não bebês maltratados, mas vidas maltratadas.

O outro lado da história é menos atraente. Disputas cruéis entre pais se divorciando foram levadas a por no centro da discussão toques indevidos. Pequenas firmas de advocacia tornaram-se gigantes nacionais ao tomar a defesa de pais que reclamavam que estavam sendo maculados por suas esposas que queriam a custódia dos filhos. Mesmo aqueles longe de disputas se perguntavam como ensinar às crianças a diferença entre “bons” e “maus” toques. Young (1988:64), por exemplo, descobriu que crianças pequenas percebem toques carinhosos como bons, e toques dolorosos como maus. E há também a questão mais geral de se qualquer e toda experiência sexual envolvendo crianças e adultos inevitavelmente prejudica a criança. Durante algum tempo o especialista científico mais influente sobre abuso infantil foi David Finkelhor que concluiu, quase sem distinções (1979b), que os adultos sempre prejudicam as crianças.

Os vários grupos de interesse de pedófilos encontraram porta-vozes na imprensa respeitável por volta da mesma época (por exemplo, O'Carroll, 1980). Deixando-os de lado, foi preciso um grupo isento e possivelmente corajoso de “especialistas” para insistir em que existem vários tipos diferentes de relacionamento e que relações sexuais entre adultos e crianças, mesmo no interior da família, de modo nenhum representam o mal absoluto, que exija a intervenção desconsiderada e automática do Estado em todos os casos. Assim, Li, West e Woodhouse (1990) produziram um livro que consiste em dois ensaios separados, um deles sendo um levantamento das experiências sexuais de meninos e o segundo uma análise mais aprofundada e cética. É bastante acadêmico, mas eles tiveram enorme dificuldade em encontrar um

editor. Simplesmente não se pode dizer que o sexo entre adultos e crianças pode não ser tão ruim como agora se acredita que seja.

O abuso de crianças nos faz lembrar um dado curioso sobre o estado atual de nossa civilização. Nós somos, supostamente, engolfados pelo relativismo. Diz-se que não existem mais valores estáveis. Bobagem. Tente falar a favor do abuso de crianças – não sob o disfarce do amor entre um homem e um menino, um disfarce visto com desprezo na maioria dos lugares – tente ir até o fim. Não faz sentido ser a favor do abuso sexual. Apenas monstros poderiam sê-lo. Mas não enfatize demais o sexual aqui. O mesmo ocorre com alguns dos outros itens sugeridos na lista alfabética com a qual comecei o capítulo 1. Por exemplo, alfabetização. Você pode se imaginar defendendo o analfabetismo geral para os trabalhadores pobres? Abuso de crianças e analfabetismo são (maus) valores absolutos. Nossa sociedade não é tão relativista quanto quer fazer crer.

Apenas na nossa sociedade, e apenas nos últimos trinta anos, o tabu do incesto se ampliou crescentemente para qualquer tipo de provocação, gratificação ou implicação sexual. Esta ampliação ocorreu quase que do dia para a noite. Por quê? Parcialmente graças ao vínculo com o abuso de crianças, que era um *tipo* de comportamento que cobriu crescentemente uma grande variedade de ações diferentes.

Quando relações sexuais e exposição foram incluídas nesse tipo, então a o subtipo, abuso sexual na família, tornou-se uma coisa só, e temos um nome para isso: incesto.

“Incesto” veio a significar qualquer tipo de atividade sexualmente orientada que envolva um adulto e uma criança da mesma família. Isso automaticamente tornou absolutamente monstruosos comportamentos venais anteriores. Em seguida vieram as acusações. Acabamos de passar por um ciclo no qual acusações de incesto entre pais e filhas proliferaram, seguido de

um poderoso contra-ataque. Essa é outra história.⁷ Há alguma lição geral a se aprender com o incesto e as acusações?

A antropóloga Jean Comaroff (1994:469) sugere que incesto é um dos “tropos mais previsíveis de contra-ataque no século vinte no mundo” (aqui ela parece estar principalmente querendo dizer Estados Unidos). Uma observação mais cautelosa é que o medo do incesto se ajusta bem ao medo dos norte-americanos de desintegração dos velhos padrões da vida familiar, e essa acusação de incesto confirma o medo que, então, se alimenta das acusações. Mas talvez o incesto não seja a única ideia à qual se apegar. Muitos estão profundamente preocupados com a perda de inocência. Incesto é atividade sexual proibida para pessoas que são relacionadas entre si. Mas a atividade sexual com crianças é proibida para qualquer um. Isso porque, mesmo depois de Freud, elas são supostamente inocentes. Isso faz lembrar o Cristo inocente morrendo por nossos pecados (“deixai vir a mim as criancinhas”) e o mito do cristianismo vitoriano sobre a inocência das crianças.

Quando adultos em terapia são encorajados a relembrar traumas de abuso infantil e a fazer acusações, o resultado é frequentemente semelhante a uma conversão protestante. Desde Agostinho, as experiências de conversão têm sido associadas com confissões – recontar o passado de cada um, o próprio passado que se estava negando. Tudo isso é conhecido: terapia como conversão, confissão e a reestruturação das lembranças do passado de cada um. Então aparece uma distorção toda poderosa. Sua confissão não é sobre os seus pecados, mas sobre os pecados de seu pai. Não temos Cristo, o filho, carregando os pecados do mundo. Ao invés disso, o pai assume os pecados que destruíram a sua vida. Não estamos interessados em Jesus, a ovelha sacrificada, mas num velho bode, um bode-expiatório, o pai, o cordeiro sacrificial.

⁷ Um dos aspectos do contra-ataque é objeto do capítulo 8 de *Múltipla personalidade*.

Isso pode parecer uma versão excessivamente cristã para a ideia de abuso de crianças. De fato, os ativistas contra o abuso de crianças tendem a ser ou feministas ou cristãos dedicados. A ala lunática do movimento contra o abuso infantil, revelando inúmeros casos de rituais satânicos e sádicos de abuso sexual de crianças, cabe bem na iconografia que acabo de descrever. O abusador patriarcal é o diabo encarnado, juntando algumas versões extremas do cristianismo radical e do feminismo radical numa aliança não sagrada.

Contando

Quando um conceito é bem compreendido? Os filósofos têm uma condição necessária estereotipada. Se o conceito se aplica a indivíduos, o critério para aplicação do conceito deve ser suficientemente claro para que se possa responder à pergunta “quantos?”. No caso de um atributo, há dois tipos de “quantos?”. A *prevalência* do atributo A é o número de indivíduos numa população com A – que sofreram abuso quando crianças, por exemplo. A *incidência* é o número de indivíduos num dado ano que tem A – que sofreram abuso naquele ano. Ambos podem ser transformados em porcentagens. Temos índices de prevalência e de incidência notavelmente discrepantes.

O abuso de crianças foi apanhado no jogo dos números desde o início. O editorial de 1962 do *The Journal of the American Medical Association* (181/1:42) acompanhava o primeiro artigo de Denver. Ele começou o jogo especulando a respeito do número de crianças mortas por espancamento por pais ou guardiães. Espancamento foi comparado com doenças e se especulou (quase certamente de maneira errada) que causara mais mortes, em 1960, do que leucemia, fibrose cística ou distrofia muscular.

A imprensa popular imediatamente chamou a atenção para o “trágico aumento”, ainda que não houvesse dados em relação aos quais um aumento no espancamento de crianças pudesse ter sido estabelecido. Mesmo mais tarde, com muitos dados

disponíveis, sabemos pouco a respeito de se os números maiores são resultado de mais crianças sofrendo os mesmos maus tratos, ou de melhores relatórios sobre os mesmos maus tratos, ou de mais eventos sendo vistos como maus tratos.

A morte pode oferecer um marco. Fora as crianças que foram mortas no período de 36 horas depois do nascimento (o que costumava ser, e em algumas jurisdições ainda é, uma ofensa separada) os números a respeito de crianças mortas são bem conhecidos. Há debates, é claro, sobre a causa da morte. O abuso será acobertado como um acidente, ou polidamente disfarçado por um médico benévolo. Há a questão do hiato das mortes no “berço”, a Síndrome da Morte Súbita. Alguns ativistas (como Search, 1988) estavam convencidos de que isso é um eufemismo que escondia muitas mortes de crianças. A morte no berço, traumática para os pais, é uma entidade que se tornou um “problema” (Johnson e Huffbauer, 1982). É um caso pouco comum de construção literal, não de construção social, mas de construção individual. Abraham Bergman (1986), ex-presidente da Associação Nacional da Síndrome da Morte Súbita, contou honestamente como sua prática de “medicina política” fez com que a SIDS (sigla em inglês) se tornasse um problema bem fundamentado. Ele definiu seu livro como “um livro de receitas para outros problemas de saúde ou causas sociais negligenciados”.

Existem dificuldades com as estatísticas de morte. Mas, tanto quanto se pode dizer, os números de mortes causadas por abuso e negligência são relativamente constantes.⁸ Essa é uma evidência *prima facie* de que a incidência de abuso físico contra crianças não vem sofrendo descontinuidades radicais nem crescimento astronômico – e, por outro lado, de que o enorme investimento em programas, agências e informação não mudou muito as coisas.

⁸ Nos anos 1970, o National Center for Child Abuse and Neglect citava cerca de 2000 mortes por ano; ver Gelles (1979:11). Em 1989, calculava-se que pelo menos 1200 e possivelmente até 5000 crianças norte-americanas tivessem morrido por causa de abuso e negligência, *New York Times*, 28 de junho de 1990, A13. Comparados com os números citados abaixo, esses são relativamente constantes.

Os números sobre abuso e negligência contam outra história. A taxa de crescimento nos Estados Unidos foi surpreendente. Os primeiros levantamentos americanos nacionais foram feitos em 1967-68. O resultado: cerca de 7.000 vítimas de abuso e negligência (Gil, 1968). As estimativas estavam baseadas em relatórios locais e estaduais e em algumas inferências sofisticadas baseadas em pesquisas de pequenas populações (perguntando quem no grupo conhecia pelo menos uma criança que sofrera abuso). Em 1974, a soma era de 60.000. Em 1982, 1 milhão e cem mil casos de abuso e negligência foram relatados nos Estados Unidos. Em 1989, eles eram 2.4 milhões.⁹ A cada vez, novos números provocavam gritos de alarme ou de desespero.

A mudança de 7.000 (em 1967) para 1.100.000 (em 1982) pode ser parcialmente atribuída à mudança de definições. A pesquisa de 1967 era sobre abuso físico, “ataque físico não acidental, ou lesão física, incluindo lesões mínimas e lesões fatais, infligidas às crianças por pessoas que cuidavam delas” (Gil, 1968). Mas D. Gil, autor dessa definição precisa, estava atrás de caça maior. Testemunhando num comitê do Senado, ele usou outra definição sua (Gil, 1975:20). O abuso de crianças era caracterizado por qualquer coisa que atrapalhasse “o desenvolvimento ótimo aos quais as crianças deveriam ter direito”, independente de sua causa. Isso irritou muito os senadores que queriam um problema definível, possível de por em prática, e, sobretudo, não social. Gil aspirava a uma “revolução paradigmática voltada para a construção de sociedades não violentas” (Gil, 1978:31).

Gil achava que o abuso físico não era o problema principal. Dos 1 milhão e cem mil casos em 1982, só 69.739 entravam na rubrica de “abuso físico e negligência”, isto é, abuso físico ou negligência. Os números não foram desmembrados mais do que isso. Mas o relatório afirma que a maioria das 70.000 eram crianças negligenciadas, não crianças que tinham sofrido abuso

⁹ National Center for Child Abuse and Neglect; Cf. *New York Times*, 17 de abril de 1983, A1 e também 18 de junho de 1990, A13.

físico. Quais relatórios estavam corretos? O Centro Nacional afirmou que do dado de 2.4 milhões de casos para 1989, 900.000 foram confirmados. Um oponente da “inflação de casos e de diagnósticos” afirmou em 1985 que, ao contrário, 65% da incidência anual de casos não estava fundamentada (Besharov, 1985).

A taxa de incidência inicial de Gil, de 7.000, lidava com o abuso físico, definido muito precisamente. Em 1982, quando 1 milhão e cem mil casos foram relatados, o abuso sexual já estava firme no quadro. Não é de surpreender que as taxas de incidência e de prevalência de abuso sexual sofram grandes variações. Pesquisas com boa reputação nos Estados Unidos mostram resultados que variam de 6% a 60% na taxa de prevalência para meninas, e de 3% a 30% para meninos (Finkelhor, 1986). Algumas dessas disparidades são prontamente compreendidas. Temos taxas de coisas diferentes. Veja-se a aparentemente simples e objetiva pergunta sobre a idade do primeiro abuso. Certamente a idade de uma “criança” faz diferença. Obviamente tanto a prevalência quanto a incidência aumentam proporcionalmente ao aumento de idade. Numa das pesquisas mais cuidadosas feita com 2.000 canadenses adultos, 53.5% das mulheres e 30.6% dos homens relataram ter tido uma má experiência sexual quando jovem – mas apenas metade em cada grupo disse que a primeira experiência desse tipo havia ocorrido quando eles tinham menos de 16 anos (Badgely, 1984:180).

Existem outras diferenças “objetivas” sobre o que contar. Ao tentar entender a prevalência do abuso sexual, deve-se contar a exposição indecente feita por um estranho? Do ponto de vista de um assistente social assoberbado de trabalho e tentando fazer pequenas melhorias para ajudar algumas crianças, incesto, seja como for definido, parece totalmente diferente de exibicionismo. Do mesmo modo, crianças com mais de 16 anos nos colocam uma série de problemas, mas a iniciação sexual, mesmo com um dos pais, fica relativamente em fogo lento. Assim, a assistente social não quer os grandes números.

Por outro lado, se você acredita que o abuso sexual de crianças é a violência masculina contra os imaturos, então exibicionismo e incesto em qualquer idade são parte do mesmo *continuum*. Assim, numa famosa pesquisa feita nas unidades domésticas de São Francisco, D.E.Russell (1983) encontrou que 54% das mulheres da amostra tinham sido vítimas de abuso sexual. Ela contou eventos lembrados até a idade de 18 anos, e contou exibicionismo e outros abusos sexuais “sem contato”. Mas seu objetivo era muito direto, o de demonstrar a gama do terrorismo masculino. O abuso sexual de crianças é um exemplo, tanto quanto assédio sexual e estupro, da violência masculina que ameaça “o bem estar e a sobrevivência de toda a população dos Estados Unidos” (Russell, 1984:289). Não ajuda muito dizer que se você conta coisas diferentes, você obterá respostas diferentes, porque o que você conta depende de sua teoria sobre como contar.

Exportação

Os cristãos exportaram seus costumes sexuais para todo o globo, pregando a monogamia e criando vestes pudicas, tais como o *muumuu* [espécie de bata] para os havaianos. Um dos epifenômenos mais marcantes do abuso de crianças é esse elemento missionário, seu desejo de levar as más notícias para outras nações.

É um truísmo dizer que boa parte do comportamento que definimos como intrinsecamente odioso e terrivelmente prejudicial para as crianças é considerado venial ou até encorajado em outras culturas. Isso era bem conhecido antes de o abuso sexual contra crianças entrar em cena como um “problema social” confirmado. No segundo de seus famosos relatórios, Kinsey observou *a priori* que

é difícil de entender porque uma criança, exceto por seu condicionamento cultural, devesse se perturbar por ter suas genitálias tocadas, ou se perturbar ao ver a genitália de

outras pessoas, ou se perturbar até com contatos sexuais mais específicos (1953:121).

E por volta da mesma data, pode-se encontrar, *a posteriori*, num único volume derivado da *Human Relations Area Files* da Universidade Yale, práticas sexuais e códigos de ética em número suficiente para deixar zozno o mais experiente *voyeur* etnográfico (Ford e Beach, 1952). Um contribuinte tardio à coleção em andamento sobre esse tipo de informação observou que “os aspectos herdados da sexualidade humana parecem ser quase informes, apenas pela enculturação o sexo assume forma e significado” (Davenport, 1976:61). Isso é tão verdadeiro no que diz respeito à relação sexual entre crianças e adultos como tudo o mais.

Tais reflexões não impediram o movimento contra o abuso de crianças de exportar suas preocupações. Tem sido um artigo de fé entre muitos ativistas americanos que o abuso de crianças vem ocorrendo na maior parte das culturas, durante a maior parte do tempo. Abuso de crianças, como um conceito diagnóstico e político, é principalmente um fenômeno do mundo anglo-saxão, com os Estados Unidos como quase a única fonte de inovação conceitual. Apesar de seu caráter regional, o movimento se organizou de modo internacional. A primeira revista profissional dedicada ao abuso de crianças foi fundada em 1976: *Child Abuse and Neglect, The International Journal*. Paralelamente, foi criada uma Sociedade Internacional sobre o Abuso e a Negligência de Crianças. O quartel general seria Genebra – que lugar melhor para uma sociedade internacional? O presidente era um pediatra suíço que não tinha contribuído com quase nada para o conhecimento público do abuso de crianças.

Reuniões em todo mundo foram agendadas. Em 1986, Austrália. Em 1988, Brasil. Isso permitiu que o presidente anunciasse vivamente que a preocupação com o abuso de crianças estava se mudando para o hemisfério sul (Ferrier, 1986). Um entusiasmo semelhante acompanhava a Primeira Conferência Europeia sobre o Abuso de Crianças, na Grécia, em 1987,

anunciada como tendo como atrações especiais delegados do Leste, além do Oeste europeu. É notável o quão frequentemente os estudos sobre o abuso de crianças empregaram a metáfora de um novo território – “a última fronteira do abuso de crianças” (Sgroi, 1975), ou “o interior do abuso de crianças” (Meadow, 1984). A Sociedade Internacional, sediada em Genebra, mas dirigida a partir dos Estados Unidos, tinha uma clara visão de um destino manifesto.

Não foi fácil tornar-se internacional. Pesquisas sobre a literatura, sempre feitas em inglês, concordaram que o abuso de crianças de fato não era amplamente visto como uma ameaça. “Na Polônia, onde o abuso de crianças ainda não está definido como um problema à parte...” (Kamerman, 1975:36). Dois líderes do movimento observaram que “Nossa revisão da literatura sobre o abuso de crianças em outros países encontrou muito menos preocupação em avaliar a incidência de abuso do que a que houve nos Estados Unidos” (Gelles e Cornell:16). O parágrafo continua, dizendo que os métodos objetivos para avaliar a incidência, desenvolvidos nos Estados Unidos, tinham sido usados apenas uma vez fora de lá. Houve certo reconhecimento de que “como as normas e atitudes variam, do mesmo modo variam os esforços de pesquisa, os mecanismos de coleta de dados e o conhecimento gerado a respeito da violência familiar” (id.ib.).

Os estudos sobre o Terceiro Mundo foram de dois tipos. O primeiro era etnográfico (*nós observamos eles*): “Abuso e negligência de crianças – fenômeno raro mas talvez crescente entre os Samia do Quênia” (Fraser e Kilbride, 1980). No outro extremo, há a séria tentativa de alguém de fora do movimento, mas no interior de outro país, de dizer – nós temos problemas com as crianças, mas não são os seus problemas. O chefe do Departamento de Nutrição e Doenças do Metabolismo da Escola de Medicina Tropical de Calcutá contou como, sendo “o único representante do terceiro mundo” na Conferência Internacional de 1978 sobre abuso e negligência de crianças, tinha encontrado apenas quatro casos publicados de violência contra crianças na Índia, e falou, ao invés disso, sobre a distribuição de alimentos.

Não há falta de alimentos no mundo, mas a tecnologia agrícola afetou terrivelmente nossa capacidade de alimentar a todos. Seu trabalho

descreve duas síndromes até agora não reconhecidas, de desnutrição prolongada e de falta de proteína-energia, sugerindo o termo 'crianças nutricionalmente maltratadas' para as vítimas dessas síndromes (Bhattacharya, 1979).

Esse médico não estava se referindo, de maneira nenhuma, à síndrome das crianças espancadas nos Estados Unidos, isto é, uma criança ferida pelo ataque ou negligência de seus guardiães. Ele estava falando a respeito de 40% dos (então) 115 milhões de crianças indianas vivendo abaixo da linha da pobreza (renda familiar de menos de 72 rúpias, então equivalentes a cerca de 6 dólares por mês).

O ímpeto de expansão às vezes era rechaçado. Os estrangeiros começaram a dizer que o abuso de crianças é um problema americano. O que mais se pode esperar de um povo tão violento? Onde a influência americana era forte, foram criados Centros de Relatos de Abuso e Negligência de Crianças, baseados no padrão americano, mas não com os mesmos resultados. Na Coreia do Sul, apesar de muita publicidade, um total de vinte casos foram levantados em 1988 (Chun, 1989).

Não obstante, havia uma confiança serena de que o resto do mundo veria a luz americana. No congresso internacional de 1978, Kempe leu, para constar da ata, uma sequência universal de eventos para qualquer sociedade existente. Primeiro, há negação. Depois, o abuso escandaloso será admitido, como no caso dos bebês espancados. Depois disso, abuso físico de todos os tipos e, em seguida, a síndrome do “fracasso de desenvolvimento”. Em seguida, as pessoas seguirão para o quinto estágio, levando em conta abuso e negligência emocional. Finalmente, há o sexto estágio de preocupação, no qual a sociedade tenta assegurar a cada criança que ela é de fato querida. Mesmo nos Estados Unidos, ainda não chegamos lá, disse Kempe, mas já reconhecemos (1978) que o abuso

sexual e o incesto são tão comuns como o abuso físico. Todos os países devem passar por esse reconhecimento, no seu próprio ritmo (Kempe e outros, 1980:xvi-xvii).¹⁰

Objetividade

Esses tipos humanos – “abuso de crianças”, “criança abusada”, “abusador de crianças” – foram moldados e revisados nos Estados Unidos e depois exportados. Há uma surpreendente exceção à regra, uma contribuição britânica inteiramente local. *Lancet* publicou um debate sobre uma técnica bem conhecida, chamada de dilatação anal, usada para reconhecer práticas sexuais anais ou ataques entre adultos. Hobbs e Wynne (1986) relataram que ela também podia ser usada com crianças pequenas: “Sodomia em crianças pequenas, inclusive na primeira infância, é um tipo de abuso sério, comum e sub-denunciado.” O método consiste numa anormalidade no ânus, observada quando se separam as faces das nádegas. O artigo explicitava que “o exame médico-legal deve ocorrer no contexto do exame completo da criança que, por sua vez, forma parte da avaliação da família como um todo”.

Então alguns pediatras transferiram a dilatação anal da prática médico-legal para o diagnóstico clínico. Eles trabalhavam em hospitais na cidade industrial de Leeds. Os hospitais dessa região tinham liderado os diagnósticos de abuso físico de crianças, reconhecendo com prazer seus débitos com os precedentes e conselhos americanos. Em 1981, Leeds registrou 5 casos de abuso sexual. Em 1986, 237 dos casos enviados aos hospitais de Leeds foram confirmados como casos de abuso sexual, e o número dobrou no ano seguinte, na época da publicidade do que, na Grã-Bretanha veio a ser chamado de “caso Cleveland”.

¹⁰ Para mais informações sobre a recepção do abuso de crianças na Europa, ver a versão mais longa desse capítulo (Hacking, 1992:210-213).

O trabalho em Leeds não teria sido muito notado pelo público em geral, não fosse pelo trabalho dedicado de dois pediatras consultores de um grupo de hospitais pediátricos do nordeste da Inglaterra. Entre fevereiro e julho de 1987, eles diagnosticaram abuso sexual em 121 crianças, 67 das quais passaram a ser tuteladas pela justiça. Outras 127 foram temporariamente removidas de suas famílias, através de ordens de “guarda de risco”, intervenções diretas dos serviços sociais, contra os quais as famílias não tinham como recorrer legalmente de imediato. Mais da metade das crianças tinha menos de 6 anos de idade.

A reação pública foi exatamente o oposto do que se esperaria nos Estados Unidos na época. Lá, quase todas as acusações de abuso de crianças receberam ampla aceitação e foram comumente apoiadas pela imprensa popular – mesmo quando a taxa de convicção sobre as histórias mais estranhas não era alta. Na Grã Bretanha, os tablóides cercaram os pediatras envolvidos. Os membros do Parlamento defenderam os pais, acusando as autoridades de estarem envolvidas numa louca caça às bruxas – até Salem foi invocada por um deputado do Partido Trabalhista “conservador”, que tinha por base os sindicatos tradicionais (Bell, 1988). Conselheiros urbanos trabalhistas “radicais” defenderam os pediatras, citando estatísticas “internacionais” para provar que a incidência de abuso sexual que os médicos estavam descobrindo devia ser do mesmo tipo (Campbell, 1987, 1988).

Incidentalmente, esse era um bom exemplo do mercado de exportação, já que todas as estatísticas vinham dos Estados Unidos. A linha “Crise do Incesto”, criada em 1987, como uma das primeiras “linhas quentes” para vítimas na Grã-Bretanha, subitamente estava recebendo cerca de 1.500 chamadas por semana de vítimas de incesto.¹¹ Uma comissão de inquérito foi instituída. Ela apresentou

¹¹ “Contando tudo”, entrevista com os fundadores da Incest Crisis Line, *Sunday Times Magazine*, 9 de agosto de 1987.

uma definição extremamente cautelosa, mas precisa, de abuso sexual de crianças (sem menção ao incesto):

O abuso sexual é definido como o envolvimento de crianças dependentes, imaturas, em desenvolvimento, e de adolescentes, em atividades sexuais que elas não compreendem plenamente e em relação às quais não podem dar seu consentimento informado, ou que violam os tabus sociais de papéis familiares. Em outras palavras, é o uso de crianças por adultos para gratificação sexual. O Dr. Cameron o descreveu como um comportamento inadequado que envolvia “a criança sendo explorada pelo adulto, seja para gratificação física direta de necessidades sexuais ou para gratificações vicárias” (Butler-Sloss, 1988:4).

Das 67 crianças que foram tuteladas pela justiça no caso de Cleveland, 27 tiveram seus casos suspensos. Em julho de 1988, 98 das 121 crianças estavam de volta às suas casas. A imprensa popular supôs que os pediatras estavam errados, embora, de fato, o relatório tenha apoiado quase todos os diagnósticos, com duas exceções. A maior parte das crianças postas sob cuidados, já tinha sido objeto de atenção dos hospitais e boa parte delas seria posta nas mãos das agências sociais apenas por suspeita de abuso físico.

O que estava errado era que a separação foi feita imediatamente após o diagnóstico. Ninguém explicou às famílias ou às crianças o que estava acontecendo. Havia uma sensação esmagadora de decisão arbitrária, ainda que os médicos e assistentes sociais de fato estivessem preocupados com a orientação das crianças. Essas autoridades não foram capazes de lidar com as realidades sociais mais amplas – como, o que fazer com esse súbito influxo de crianças que tinham sido postas sob seus cuidados. E pareceram quase indiferentes à dor emocional de crianças e famílias que foram separadas.

Houve várias análises dessa catástrofe, variando da teoria de caça às bruxas ao apoio completo aos pediatras. A visão a meio caminho entre ambas é que os casos foram tratados de

maneira atabalhoada, que a dilatação anal é no máximo um indicador de possíveis problemas, que nunca deveria ter sido usada em conexão com as crianças, a não ser como um sinal de que uma família deveria ser monitorada com mais cuidado. E que, provavelmente, a maior parte das crianças estava sofrendo abuso, mas a separação peremptória, sem serviços adequados de infraestrutura, não era a maneira de lidar com o problema.

O caso ilustra como o conceito de abuso de crianças busca a objetividade. Nas ciências naturais, achamos que existem critérios objetivos para dizer se um item dado é ou não parte de um tipo. Aí está porque a síndrome das crianças espancadas foi tão convincente: podia-se citar os Raio-X, prova do trabalho da ciência. Os que trabalham com a questão do abuso de crianças são frustrados por uma falta de critérios comuns, de provas “científicas”. Quando uma criança pega uma doença venérea, ou quando se encontra sêmen no seu corpo ou nas suas roupas, isto é objetivo, certo, mas muito raro para uso geral. Ainda que uma pessoa envolvida – seja um vizinho, parente, professor, ou um agente especificamente poderoso como o pediatra, o oficial de polícia, o assistente social – esteja segura de que uma criança esteja sofrendo abuso, frequentemente nos faltam critérios públicos consensuais para demonstrar o abuso.

A dilatação anal era a solução mágica para um tipo de crime contra as crianças. Uma simples observação clínica feita em instantes era decisiva. A consequência da objetividade foi uma catástrofe.

As ordens de guarda de risco seguiram-se de maneira muito automática aos primeiros preceitos de 1962, citados acima, de que quando uma criança sofre abuso (é espancada, em 1962), é melhor separá-la de seus guardiães, desconsiderando o resto. A criança fica assustada, mas é melhor efetuar uma ruptura drástica, ali e então. Além disso, há uma teoria terapêutica que acha fundamental que a criança reconheça, expresse os fatos do abuso e suas próprias reações emocionais. Aliada a ela, há a experiência de que tal confissão apenas pode ser feita quando a criança se mantém distante do abusador por um certo período de tempo. A

falta radical de assistentes sociais e de terapeutas para ajudar a curar as feridas e trabalhar com a confusão foi reconhecida pelos pediatras de Cleveland como algo mau, mas não como pretexto suficiente para a inação. Deixar a criança em casa depois de ter sido vista pelos médicos só iria, pensavam eles, reforçar a ideia de que os médicos eram cúmplices dos pais. Se os médicos e os assistentes sociais não fizessem nada, a criança veria que não tinha ajuda, que não havia ninguém com quem se socorrer. Daí decorreram as ordens de guarda de risco.

O raciocínio parece impecável, mas os resultados foram desastrosos. Há evidência conclusiva de que os pediatras tornaram-se obcecados com sua missão, ressentidos com os colegas, e crescentemente indiferentes aos pais. Eles se tornaram tão fixados em um conjunto de obrigações que quase literalmente esqueceram a mensagem inicial de *Lancet*, citada acima – “o exame completo da criança que por sua vez faz parte da avaliação da família como um todo”. Mas à longa distância podemos fazer observações sobre a objetividade.

Uma reação comum a esse caso é que a dilatação anal “não é confiável” como método de diagnóstico. Essa pode não ser a reação certa. O problema básico com algumas classificações de pessoas é que a identificação objetiva de exemplos dos tipos de pessoas em questão perde de vista o que é importante a respeito do tipo, e nos leva a pensar que uma estrada direta e simples está ao nosso alcance.

Figuras de linguagem

Frequentemente as maneiras pelas quais um novo tipo é selecionado como relevante envolve o que, em outros contextos, chamamos de figuras de linguagem. Algumas metáforas não pegam. Assim, a metáfora da criança maltratada pela desnutrição, proposta pelo pediatra indiano para descrever crianças subnutridas no subcontinente e alhures, caiu no esquecimento. Essa metáfora não foi abastecida pelas profundas paixões da

inocência, do incesto, e do colapso da família nuclear – tratava-se apenas de milhões de crianças famintas sem significado.

O abuso de crianças funcionou como uma metáfora inaugural, localizada perto de sua origem. Com suas ramificações em sexo, espancamento, e emoções, ela não se refere a um tipo de comportamento. É um tipo cujo poder é o de coletar muitos tipos diferentes, frequentemente através da metáfora. Esse poder pode ser posto em uso por muitos usuários interessados. Na época da Guerra do Golfo, em 1990, o porta-voz do governo do Kuwait no exílio afirmou, para os telespectadores do Ocidente, que seu país era uma criança pequena, abusada e molestada.¹² Um homem em Charleston, Virginia, infeliz com a maneira pela qual sua cidade estava plantando árvores na calçada, resmungou: “Temos abuso infantil, isto é abuso de árvores!” E criou uma Sociedade para a Prevenção de Crueldade contra as Árvores (*Globe & Mail*, 22/10/87).

Essa é uma piada ruim. Crianças desaparecidas não o são. Mas elas também representam uma causa que usa o abuso de crianças como metáfora. Os anúncios de “crianças desaparecidas” colados no início dos anos 1980 nos pacotes de cereais, barras de chocolate, caixas de leite, e outros artefatos familiares americanos, para não mencionar a mala direta e os cartazes nas lavanderias e nas estações de ônibus, foram apresentados como uma tentativa de salvar as vítimas do abuso de crianças. De fato, uma grande proporção dos anúncios sobre crianças desaparecidas provinha de disputas de custódia. A criança estava desaparecida porque um dos pais a tinha levado e não queria revelar sua localização. Mas o público inocente pensava que todas essas crianças tinham sido raptadas por abusadores de crianças.

Eventos com consequências também foram vinculados ao abuso de crianças. Qualquer um que tenha alguma experiência

¹² Visto no canal francês FR3, 20 de outubro de 1990. O comunicado foi feito em inglês. O canal, quem sabe com malícia, acrescentou que o governo no exílio tinha recentemente contratado um conselheiro de relações públicas norte-americano.

sobre a pediatria neonatal conhece os horríveis problemas morais de se oferecer cuidados para bebês com sérias lesões ou afetados. Muitos podem ser mantidos vivos, ainda que com grande custo, e não há recursos suficientes para manter vivos todos aqueles que, em princípio poderiam sobreviver. Assim, decisões duras são tomadas diariamente. Ignorando essa realidade, os legisladores declararam metaforicamente que suspender ou limitar o cuidado desses recém-nascidos era abuso de crianças. Em 3 de fevereiro de 1984, a Câmara americana votou, por 396 a 4, a favor de uma emenda da definição de abuso de crianças para incluir qualquer negação de cuidados a bebês com problemas de sobrevivência.

“Abuso de crianças” é uma metáfora poderosa porque ela tem a propriedade de esconder instantaneamente seu uso como metáfora. Uma vez que algo é rotulado como abuso de crianças, não se espera que você diga – espere aí, isto é levar as coisas muito longe. Se os rótulos funcionam, isso depende menos de seu mérito intrínseco do que da rede de interesses dos que querem colar esses rótulos. Assim, as drogas, não o álcool, são o bicho-papão americano. Temos então, desde 1986, processos de “abuso fetal” sob as leis de abuso de crianças – uma grávida usando drogas. Mas claro que isso é complicado, já que os partidários do aborto percebem que estão sendo enquadrados se, nesse exemplo, um feto se torna uma criança aos olhos da lei. Assim, em 1989, uma jurisdição começou a prender a mãe na hora do parto, antes que o cordão umbilical fosse cortado, mas depois que a criança tivesse nascido, com o argumento de que ela estava passando drogas para um menor (uma ofensa em si mesma) e também abusando de uma criança. Por outro lado, a síndrome do álcool no feto não foi posta na rubrica de abuso de crianças. Trata-se de uma verdadeira peste entre as populações aborígenes da América do Norte. Todos os bares de lá agora têm um aviso às mulheres grávidas para que não consumam álcool, mas as que consomem não são indiciadas por abuso de crianças. Apenas as drogas recebem o peso moral de merecer o uso da legislação de abuso de crianças.

Outras figuras de linguagem são postas em jogo quando um novo tipo, ou um tipo re-moldado, é selecionado como relevante. A metonímia é definida como “o uso do nome de alguma coisa pelo de outra, da qual ela é parte, e que é sugerida por ela”. É um tropo no qual o continente é usado como nome para o conteúdo, uma associação é usada como o nome pelo qual ela é associada com ela, ou a parte é usada como signo do todo. Ela pode ser poderosa, já que o que é verdadeiro da parte também se aplica ao todo. Um exemplo é o uso da palavra “incesto” para nomear qualquer abuso infantil no âmbito da família, com qualquer conotação sexual. Qualquer toque ou exibição adquire assim o horror do incesto. O nome de uma coisa, “incesto” (entendido no seu sentido literal, pré-1970) é usado como o nome de outra coisa da qual ele é parte (atos no âmbito da família que tenham alguma conotação sexual). Essa é uma das maneiras pelas quais um tipo pode ser moldado pela metonímia. Não construído, mas moldado.

Fronteiras

Nem todos os ataques sexuais contra crianças puderam ser definidos como abuso de crianças. Sexo grupal envolvendo crianças conta como abuso de crianças. Por extensão, ou talvez simplesmente como um desejo de usar o movimento contra o abuso de crianças e a lei de abuso contra crianças para controlar a pornografia, a pornografia infantil foi vista como um tipo particularmente cruel de abuso de crianças, autorizando as autoridades americanas (incluindo os inspetores postais) a montarem ciladas para os pornógrafos estrangeiros, mesmo fora das fronteiras.¹³ Talvez porque a pornografia infantil tenha sido vista como parte da crise da família que foi a palavra de ordem do autoconhecimento social americano nos anos 1980.

¹³ Para mais discussão sobre pornografia infantil como abuso de crianças, ver a versão mais longa deste capítulo (Hacking, 1992:219-223). A pornografia na internet, no entanto, tornou esse relato ultrapassado.

A prostituição infantil, por contraste, não figura na agenda do abuso de crianças. Talvez seja parcialmente porque ela está fora da família. Suponha que o incesto foi central para moldar a ideia de abuso de crianças. Suponha que isso ocorreu porque o incesto oferecia uma maneira de algumas ativistas feministas atacarem a autoridade patriarcal e, na cena mais ampla, resumiu as preocupações com a crise da família nuclear. Assim, qualquer relação sexual com crianças dentro da família contará como abuso sexual, não importa o quanto a metáfora seja ampliada. Pense na família extensa de hoje de uma maneira ampla, que inclua creches, escolas, internatos, corais, grupos de escoteiros e tudo o mais. Relações sexuais com crianças no âmbito da família extensa são comumente vistas como o pior tipo de abuso sexual. Mas relações sexuais danosas com crianças e adolescentes fora do âmbito da família extensa não fazem parte do protótipo de abuso de crianças. Assim, a prostituição de crianças não foi incluída, de maneira séria, dentro dos limites do abuso de crianças.

A exceção foi Badgely (1984), analisando os dados canadenses. Criticando fortemente a “ambiguidade, os mitos e a hipocrisia” (id.ib.:947) pelas quais a prostituição juvenil e infantil eram dissimuladas naquele país, ele arrolava sem comentários numerosos tipos de exploração, violência e riscos à saúde e com drogas aos quais as crianças prostitutas estão sujeitas (id.ib.:1007-1028). Cerca de dois terços das prostitutas canadenses com menos de 16 anos são mulheres (id.ib.:969). A maioria das meninas trabalha para cafetões, ao passo que os meninos são em geral independentes. Uma menina trabalhando 40 semanas ganhava em média 53.000 dólares, dos quais ela retinha uma sétima parte (id.ib.:1057-1072). Isso é mais do que os cafetões (média de idade 24.7), com sua baixa educação podiam ganhar fazendo qualquer outra coisa. A idade mais baixa de início do trabalho de crianças na prostituição era 8 anos.

A maior parte das crianças relatou casos de violência grave tanto por parte dos cafetões quanto dos clientes. Elas não recebem qualquer ajuda das agências de seguro social e, no entanto, são

provavelmente as crianças virtualmente mais expostas ao risco de todas as formas de abuso comuns em nossa sociedade. Algumas das recomendações mais fortes do relatório diziam respeito à prostituição infantil e juvenil (id.ib.:91-98). Mas devo mencionar também uma opinião não publicada de uma minoria das pessoas que fizeram a pesquisa de rua para o relatório. Muitas, talvez a maioria, das crianças veem-se a si mesmas como exploradoras bem sucedidas de homens bobocas, um negócio perigoso de fato, mas um negócio que os bem intencionados só tornariam mais perigoso, e que acabaria com o “ganha pão” de algumas delas.

A pesquisa canadense era, na época, o único estudo razoavelmente bem fundamentado estatisticamente. Ao contrário do que foi comumente afirmado pelo movimento contra o abuso de crianças, nas raras ocasiões em que ele se preocupou com prostituição infantil e crianças fugidas de casa, as crianças da amostra *não* tinham sido mais comumente submetidas a abusos sexuais na família do que o restante da população canadense.

Velhos mundos

“Os mundos se diferenciam”, escreveu Goodman, “através dos tipos relevantes que eles constituem”. Meu esboço seguramente mostra que criamos um tipo novo e relevante, o de abuso de crianças. O que isso fez com o nosso mundo? Começamos pelo passado. Cada geração reescreve a história. Espera-se que um novo esquema conceitual, como o de abuso de crianças, será usado na reescrita de parte da história. Até onde podemos usar a ideia de abuso de crianças ao redescrever um passado que não tinha ideia do nosso presente repertório de vícios?

Começamos com as pessoas num passado não tão distante. Alexander Mackenzie foi um dos grandes exploradores europeus da América do Norte, deu seu nome a um de seus três grandes rios, e seguindo o curso de outro rio parcialmente, liderou o primeiro grupo de europeus no cruzamento do continente (1793).

Mackenzie foi sem dúvida um aventureiro, mas foi também um racista e, como muitos de seus semelhantes, um molestatador de crianças, tendo casado, na idade de 48 anos, com uma vivaz menina escocesa de 14 anos (Barfoot, 1987:9).

E outras observações sobre Mackenzie como um molestatador sexual. A frase é útil porque “racista” também não era uma palavra do século 18. Como se pode comparar o Mackenzie racista com o Mackenzie molestatador de crianças?

Não há dúvidas de que Mackenzie, como quase todos os seus “semelhantes”, achava que os brancos eram superiores aos nativos, que seus interesses eram mais importantes que os dos nativos, e que apenas em casos excepcionais um pele-vermelha poderia ter autoridade sobre qualquer pessoa branca. Tudo bem que os exploradores brancos dormissem com as índias, mas era repugnante pensar sobre um índio casando com uma europeia. Mackenzie, em suma, era um racista. Se tivesse sido possível explicar o termo para ele, livre de suas conotações negativas esmagadoras de hoje, ele certamente não negaria o epíteto.

Mas molestatador de crianças? Não temos nenhuma evidência de crueldade, de ele ter forçado a menina, ou mesmo a explorado de maneira diferente do que faria com uma mulher mais velha. Podemos hoje achar repugnante que a idade inglesa de consentimento só tivesse passado dos 12 para os 13 anos no final do século 19, mas isso não torna molestatadores os homens que se casaram com meninas de 14 anos cem anos antes.

Por outro lado, Lewis Carroll (Charles Dodgson, autor de *Alice no País das Maravilhas*) era pedófilo? Ele certamente tirou muitas fotografias de meninas nuas, e os registros de seus diários, no qual ele usava o francês “*sans habilement*”, indicam que em seus livros essas não eram fotos comuns. Se, como Anson (1980) afirmou, ele tinha uma grande coleção de materiais pornográficos produzidos por pornógrafos comerciais lúbricos, Lewis Carroll não parece muito diferente do estereótipo contemporâneo do pedófilo.

Mas suponha que isso seja apenas uma acusação contra Lewis Carroll. Ele era apenas um professor de matemática na universidade de Oxford, cuja vida de fantasia era povoada por meninhas, uma vida de fantasia que ele realizava tirando muitas fotografias da inocência nua. Se for assim, ele ainda pode ser chamado de pedófilo no sentido literal da palavra: “um adulto que é sexualmente atraído por crianças” (*American Heritage Dictionary*).

Há, é claro, uma diferença entre chamar Lewis Carroll de pedófilo (tivesse ele ou não acariciado alguém imprópriamente) e Mackenzie de racista. Chamar alguém de racista implica pelo menos numa falta de respeito dele pela dignidade dos indivíduos de outras raças. Chamar um homem poderoso, que está em contato constante com outra raça, de racista, implica em que ele tenha causado dano às pessoas mais fracas que encontrou. Podemos ficar satisfeitos em pensar exatamente isso a respeito de Alexander Mackenzie quando ele atravessava a América do Norte de leste a oeste e do centro ao norte. Ficamos satisfeitos em chamar Dodgson de pedófilo? Para a maioria das pessoas, pedófilo não significa o que o dicionário diz que significa. Significa mau, perigoso, monstruoso.

Quando um bloco de um conjunto habitacional descobre que um pedófilo libertado vai se mudar para um apartamento vazio, rebenta um motim. Mas se Dodgson apenas fantasiava, e fotografava meninas pequenas sem sequer implicar em qualquer dano, muitos acharão que ele não causou mal a ninguém, e resistirão às conotações pejorativas de pedofilia.

Dessa perspectiva, é especialmente triste que o nome de Carroll tenha sido assumido por organizações e publicações pedófilas que ele acharia grosseiramente ofensivas. Mais triste ainda que um boletim pedófilo de Nova Iorque, que tentava se manter dentro da lei, tenha sido nomeado *Wonderland*, e no fim tenha sido completamente invadido pelos inspetores postais americanos por seus objetivos de armar ciladas – como parte de um plano que eles nomearam em código como Projeto *Looking-*

Glass, confirmando seu próprio ditado de que pornografia produz pornografia (Tate, 1990).

Mude agora de indivíduos para sociedades. Insisti em que há um contraste entre as ideias vitorianas de crueldade contra crianças e as nossas sobre abuso contra crianças, mas muitos autores foram na direção oposta, percebendo as antigas práticas de infanticídio dos gregos como um abuso de crianças especialmente horrível (Radbill, 1968). “Cruel” sem dúvida cabe. Como se poderia negar que os pais ou governantes que expunham os bebês foram cruéis ao fazê-lo? Mas, abuso de crianças? Alguns não têm escrúpulos. Donovan (1991) argumentou que Freud cometeu um enorme erro a respeito da lenda de Édipo. Não se trata da história de incesto entre adultos, mãe e filho, mas de um abuso hierárquico de criança, com Jocasta aleijando Édipo primeiro, e depois entregando-o a um pastor para ser morto.

A ideia de abuso contra crianças está tão emaranhada numa rede de especulações causais e morais contemporâneas que não faz sentido usá-la em descrições indiscriminadas do passado distante. Pessoalmente acho Cartago odiosa; a carnificina de suas próprias crianças não é ação de homens, mas de monstros (minha mente me informa que *Salambô* diz mais a respeito de Flaubert e do orientalismo francês do século 19 do que a respeito da destruição de uma antiga cidade, mas um grande romancista vence a mente). Os cartagineses praticavam sistematicamente o abuso contra crianças? Isso só faria sentido no âmbito de um quadro histórico muito mais amplo.

Nós temos tal quadro, ou antes, dois quadros, estudos clássicos com opiniões opostas sobre crianças. Philippe Ariès (1962) tinha uma visão da infância nos séculos passados como a de vidas humanas, antes e logo depois da puberdade, mais livres, mais abertas, mais liberadas da sexualidade. A ideia de criança, e menos ainda de abuso, não existia. Não era possível causar dano aos seres humanos nesse grupo de idade, não era conceitualmente possível causar-lhes dano, da maneira como hoje causamos dano às crianças. O psico-historiador Lloyd deMause (1974) acha que

isso é bobagem. A história da civilização, a ocidental pelo menos, é a história do abuso de crianças. As coisas ficam cada vez piores quanto mais retrocedemos no tempo. Ariès usou as brincadeiras públicas e constantes com os genitais do bebê e da criança Luiz XIII como evidência de uma ausência de conceitualização opressiva (um certo Héroard, médico da corte do pai de Luiz, deixou uma descrição generosa das brincadeiras). DeMause usou a história como evidência de um abuso sexual de crianças irrestrito. Não é preciso dizer que a pederastia grega também entra na sua lista, assim como o infanticídio e a assim chamada Cruzada das Crianças.

DeMause é um pensador sinóptico. Os etnólogos refletem sobre o incesto, suas causas e seus tabus, mas não deMause, que afirma que não há nada a explicar.

O incesto é um traço humano universal, vigente entre todos os povos de todas as épocas; o que precisaria ser explicado é a ausência do incesto (deMause,1988:274). Um tema tão vasto requer que se tome “incesto” no seu sentido mais geral possível, pós 1970. Isso inclui, por exemplo, a prática comum na era vitoriana de aplicar lavagens às crianças com frequência (penetração anal feita por alguém da família = incesto). Temos de agradecer que deMause não tenha esbarrado com o fato de que o já mencionado Luiz XIII, quando adulto, sujeitou-se a si mesmo a 214 lavagens num ano (Raynaud, 1862:143). Seu filho, o Rei-Sol, que, como a maioria de sua corte, também seguia esse tratamento, parece ter se divertido com uma comédia cujas piadas são amplamente baseadas em lavagens, *Le malade imaginaire*.

As teses de deMause e Ariès são importantes. Uma faz uma afirmação sobre a natureza de nossa espécie – a espécie que abusa de crianças. A outra faz uma afirmação um pouco mais sutil a respeito da natureza de nossas concepções mutantes sobre nós mesmos, sobre o que significa ser uma pessoa. Quando olhamos para trás, para homens famosos, mortos há muito tempo, ninguém se importa, exceto os biógrafos, se Alexander Mackenzie era um molestador de crianças, se Lewis Carroll era um pederasta

e não um pedófilo, ou se os reis da França apreciavam suas lavagens. Mas há uma acusação “pessoal” que importa, já que a pessoa tem um papel tão importante na nossa visão contemporânea de nós mesmos. Refiro-me a Freud e à famosa acusação contra ele feita por Jeffrey Masson (1984). Freud, de início, atribuiu os sintomas histéricos ao incesto infantil e ao ataque pelo pai. Mais tarde ele decidiu que seduções e molestamentos eram fantasias, e não reais, e eram a causa mais frequente da neurose. Mas, diz Masson, Freud e seus contemporâneos tinham ampla evidência de abuso sexual e (culpadamente) recusaram-se a tomar conhecimento dela. Isso não significava um fracasso moral, um “assalto à verdade”, como diz Masson, deliberado?

A “defesa” habitual de Freud é a observação morna de que ele realmente não abandonou a teoria da sedução; veja, em 1931 ele dizia “A sedução real também é muito frequente” (Hanly, 1987). A mesma defesa é repetida por Leonard Shengold (1989:33-38, 160, 169) em seu estudo freudiano dos efeitos do abuso e privação infantis que, curiosamente, é um trabalho parasitário do movimento de abuso de crianças.

Tais defesas perdem inteiramente de vista uma das fontes do ódio a Freud: ele nunca levou a sério a ideia do ataque paterno generalizado às crianças, ataque que exige intervenção direta do estado. Isso foi prontamente acrescentado ao borbulhar da intensa crítica feminista a Freud. Mas é um ponto à parte e pode até certo ponto ser discutido independentemente do machismo de Freud.

Sugiro que o fracasso de Freud, se é que houve fracasso, era menos uma questão de desonestidade do que de falta de uma ampla categoria organizadora. Mais uma vez distingo entre crueldade e abuso de crianças. Em sua lasciva busca da perversão, os médicos do século 19 se interessaram pelos molestadores de crianças, pelos pederastas e pelos pedófilos. Mas esses indivíduos não estavam vinculados à crueldade contra crianças. O tratamento

de tais indivíduos era deixado às clínicas, ao passo que o controle dos espancadores de crianças era feito pelos tribunais.

Os pervertidos de vários tipos eram certamente “tipos de pessoas” para os médicos do século 19. Mas a crueldade contra crianças não era um tipo científico do século 19. Em 1890, não havia um “tipo” amplo na qual os guardiães incestuosos dos pacientes de Freud pudessem ser ordenadamente encaixados. Tampouco em Viena existia algo como o movimento anti-crueldade como o de Londres; observem-se as reações ao escândalo de um par de crianças mortas na Viena de 1899, descritas por Larry Wolff (1988). As duas crianças, uma rica, uma pobre, tinham sido assassinadas, brutalizadas, negligenciadas. Abuso sexual não foi apresentado como evidência no tribunal (o que não quer dizer que não tenha sido escondido).

Wolff acha que os julgamentos são relevantes para a teoria da sedução de Freud. Wolff pode ser culpado de um anacronismo comum. Em Nova Iorque, nos anos 1980, abuso sexual e abuso físico pertenciam ao “mesmo tipo” de coisas, assim, “é claro” que Freud podia ou devia ter visto como os julgamentos se relacionavam com a teoria da sedução. Mas em Viena nos anos 1890, os dois tipos de abuso não eram vistos como análogos. Quando se tratava dele, o incesto era visto como afeto confuso ou desviante, ao passo que a crueldade era seu completo oposto. Logo depois de fundar seu jornalzinho satírico, *Die Fackel*, Karl Kraus, crítico radical do mundo austríaco, usou os casos das duas crianças mortas para atacar a hipocrisia vienense, mas sempre em nome da crueldade física e da indiferença pelas crianças, não em nome de relações sexuais.

Eu não ficaria surpreso se o *Ringstrasse* em Viena abrigasse um enorme círculo de sexo grupal [sex ring] com crianças, conhecido por muita gente. Mas, na época, se esse vício tivesse se tornado público, ele teria sido mantido bem separado da crueldade contra crianças, do mesmo modo que hoje o movimento sobre o abuso contra crianças mantém a prostituição infantil numa caixa diferente da das relações sexuais no âmbito da

família. Wolff foi criticado por seus voos de imaginação a respeito de o *Kindertotenlieder*, de Mahler, de 1901-1904, ter sido inspirado pelas crianças assassinadas. Esteja Wolff certo ou errado a respeito disso, a especulação é logicamente coerente. Crianças foram assassinadas. Mahler escreveu um magnífico ciclo musical a respeito da morte de crianças. Assassinato e morte pertencem ao mesmo tipo. Mas o assassinato das crianças não foi concebido como abuso de crianças em 1900. Havia bastante abuso de crianças em 1900. Mas essa classificação, nossa classificação, ainda não estava disponível.

Novos Mundos

O tipo “abuso de crianças” criou um mundo de diferenças. As crianças estão sujeitas à educação a respeito disso, através de vídeos, ou nos primeiros anos da escola. A televisão e os filmes apresentam um bom cardápio sobre isso. Existem grupos confessionais e de apoio para os abusadores, modelados nos Alcoólicos Anônimos. O abuso foi firmemente apanhado nos movimentos de co-dependência. Em 1985, havia cidades – Portland, Oregon, por exemplo – nas quais ativistas anti-abuso tinham sido tão bem sucedidos que os homens eram aconselhados a não tocar numa criança em público; se uma criança que não seja da família se machuca, fique certo de ter uma testemunha amigável antes de ajudá-la de qualquer maneira física.

Efeitos de laçada

Erving Goffman (1963) especulava se a classificação de desviantes feita pelos cientistas sociais podia reforçar ou até engendrar o comportamento desviante. O abuso de crianças certamente convida à especulação na direção da teoria de rotulação, isto é, que as pessoas passam a se ver como abusadoras por serem assim rotuladas. Mais interessante ainda, Schultz (1982:29) argumentou que os sintomas decorrentes de

sofrer abuso podem ser iatrogênicos, isto é, induzidos pelos profissionais que trabalham com um caso de abuso contra crianças. “O próprio ato de rotular e de intervir na interação sexual de crianças/adolescentes/adultos pode ser em si mesmos vitimogênicos ou traumatogênicos” (id.ib.). Isso significa que a criança tem a experiência do trauma ou de si própria como vítima apenas depois que sua vida é tratada como um caso. “Rotular a criança como uma vítima sexual, ou supor o sintoma de um complexo, pode ter um potencial de auto-realização” (Schultz e Jones, 1983). Esse seria um exemplo do efeito de laçada e de realimentação do tipo em desenvolvimento, o abuso de crianças. C.K.Li observa como mais pesquisas geram mais especialistas que geram mais pesquisas... “Parece que um ciclo de alimentação progressiva positiva está em ação aqui” (Li, West e Woodhouse, 1990:177) (alimentação progressiva positiva é o que chamo de laçada.). Li chamou atenção para a crença de que mais é sempre mais verdadeiro. Discutindo dois artigos sobre como por em prática pesquisas sobre abuso de crianças (Wyatt e Peters, 1986a, 1986b), ele escreveu:

Ainda que não seja explicitado, o objetivo é produzir taxas mais ‘precisas’, isto é, taxas mais altas de prevalência – a suposição sendo que, já que o abuso de criança é onipresente, somente taxas altas indicam verdadeiramente a magnitude do problema. A possibilidade de que uma entrevista de pesquisa possa se tornar um processo de persuasão é simplesmente ignorada... (p.179).

Autoconhecimento

No entanto, gostaria de concluir, não com o efeito de laçada, mas com a noção bem mais difícil de autoconhecimento. Podemos ter dificuldade em aplicar o abuso de crianças, como um tipo de comportamento, a pessoas ou períodos do passado. Mas o senso comum não é um mau guia. Ele nos adverte tanto contra a poção de Ariès, como contra a de deMause. Ele nos diz que Alexander

Mackenzie não era um molestatador de crianças, mas que Lewis Carroll era um (provavelmente inofensivo) pedófilo. O senso comum, no entanto, não é suficientemente afiado para aplicar um conceito novo, um novo tipo, ao nosso próprio passado.

Uma das consequências mais surpreendentes da saída do armário, pós 1975, do abuso sexual familiar é que muitas mulheres e alguns homens agora se veem como tendo sido sexualmente abusados. Muitos têm uma grande sensação de alívio: finalmente, podem falar sobre suas experiências. Outros se ressentem de ser forçados a lembrar o que tinham reprimido. Mas há também o fenômeno de perceber, retrospectivamente, como abusivos fenômenos que não foram direta ou conscientemente vividos como tais na época. É um dogma, que degrada a complexidade da consciência humana, dizer que eles sempre foram percebidos como abusivos, mas que a percepção foi enterrada por causa do medo ou de doutrinação. Às vezes essa é uma descrição correta. Milhares de mulheres sabem perfeitamente bem o que foi feito a elas. Mas estamos também testemunhando, ou acabamos de testemunhar, uma reavaliação radical da experiência da infância, uma reclassificação, e de certo modo uma re-experiência dela.

Claramente, há duas opções extremas, cada uma delas atraente para uma ou outra ideologia. Uma diz que se agora temos consciência para perceber um evento como abusivo, então esse evento foi sempre abusivo, mesmo se ninguém pretendesse que fosse ou tivesse a experiência dele como tal quando ocorreu. Isso é do que se trata quando se trata de grupos de conscientização. A outra opção resiste a isso e afirma que tais eventos não eram o mal na época, ainda que fosse errado repetir tais atos hoje.

Faz diferença saber qual está certa? Faz diferença para a estatística da prevalência de uma maneira direta, mas é filosoficamente desinteressante. Porque, se fazemos uma pesquisa para descobrir quantas crianças sofreram abuso, estamos perguntando para os adultos sobre seu passado visto desde hoje. D. H. Russell (1983) escolheu a primeira opção, a que lida com a

conscientização, e obteve os números mais altos de prevalência. Completamente certa, de sua perspectiva filosófica, ela teve o cuidado de usar apenas entrevistadoras que estivessem particularmente “sensibilizadas” pelo abuso de crianças no âmbito familiar. Essas são exatamente as entrevistadoras que permitirão que uma pessoa veja eventos passados de certa maneira. Ao usar tais assistentes, Russell, em suas próprias palavras, foi “a primeira a documentar completa e rigorosamente a amplitude da exploração sexual numa grande cidade dos Estados Unidos”. Ela concluiu que “uma em cada duas mulheres em São Francisco tinha sofrido abuso sexual” (Russell, 1984).

Os números fazem diferença em relação a todos os tipos de questões políticas. Não há dúvida de que números como os de Russell contribuem para o “efeito positivo de alimentação progressiva” de Li. Mas, mais insistentes do que os números, são as maneiras pelas quais os indivíduos devem lidar agora com uma questão tão difícil da realidade pessoal, que jamais tinham antes afligido um grupo amplo de pessoas. O que acontece com a mulher que agora se percebe como tendo sido vítima de abuso sexual? Não estou me referindo à pessoa que meramente guardou um segredo privado horrível e que agora se sente liberada por poder falar sobre isso, ou oprimida por esse segredo ter vindo outra vez à tona da consciência. Refiro-me ao fato de entrarmos num novo mundo, um mundo no qual fomos formados de maneiras que não conhecíamos. A consciência não é despertada, mas modificada. Alguém agora se vê a si mesma como tendo sofrido um abuso quando criança, porque tem um conceito novo em termos do qual pode entender a si própria.¹⁴ Talvez essa seja a aplicação mais forte e mais desafiadora do dito de Goodman de que o mundo é constituído por tipos. O abuso de crianças é um tipo novo que mudou o passado de muitas pessoas, tendo

¹⁴ O capítulo 16 de *Múltipla personalidade* discute mais amplamente as consequências dessa ideia.

mudado também a própria noção de quem elas são e de como vieram a ser assim.

Referências bibliográficas

- ANSON, R. The last porno show. In: SCHULTZ, L. G. (ed.) *The Sexual Victimology of Youth*. Springfield, Ill, Charles C. Thomas, 1980.
- ARIES, Philippe. *Centuries of Childhood: A Social History of Family Life*. New York, Knopf, 1962. [trans. Robert Baldick].
- BADGELY, Robin M. *Sexual Offences against Children*. Report of the Committee on Sexual Offences against Children and Youths Appointed by the Minister of Justice and Attorney-General of Canada and the Minister of Health and Welfare. Ottawa, Supply and Set-Vices Canada, 1984.
- BATAILLE, Georges. *Le procès de Gilles de Rais*. Paris, J.-J. Pauvert, 1959.
- BEARD, Mary. Review of Tate. *Times Literary Supplement*, 14 de setembro de 1990.
- BELL, Stuart. *When Salem Came to the Boro: The True Story of the Cleveland Child Abuse Case*. London, Bell, 1988.
- BERGMAN, Abraham B. *The "Discovery" of Sudden Infant Death Syndrome: Lessons in the Practice of Political Medicine*. New York, Praeger, 1986.
- BESHAROV, D. J. "Doing something" about child abuse: The need to narrow the grounds for state intervention. *Harvard Journal of Law and Public Policy* 8, 1985, pp.538-589.
- BHATTACHARIA, A. K. Child abuse in India and the nutritionally battered child. *Child Abuse and Neglect: The International Journal* 3, 1979, pp.607-614.
- BROWNING, Dianne H., e Boatman, Bonny. Incest: Children at risk. *American Journal of Psychiatry* 134, 1977, pp.69-72.
- BUTLER-SLOSS, Elizabeth. *Report of the Inquiry into Child Abuse in Cleveland 1987*. London, Her Majesty's Stationery Office, 1988
- BYUNG. Hoon Chun. Child abuse in Korea. *Child Welfare* 68, 1989, pp.154-159.

- CAMPBELL, Beatrix. The skeleton in the family's cupboard. *New Statesman*. 31, July, 1987.
- COMAROFF, Jean. Aristotle re-membered. In: CHANDLER, James; DAVIDSON, Arnold I. e HAROOTUNIAN, Harry (eds.) *Questions of Evidence: Proof, Practice, and Persuasion across the Disciplines*. Chicago, University of Chicago Press, 1994.
- DAVENPORT, W. H. Sex in cross-cultural perspective. In: BEACH, Frank A. (ed.) *Human Sexuality in Four Perspectives*. Baltimore, Johns Hopkins University Press, 1976.
- DEMAUSE, Lloyd. The evolution of childhood. In: DEMAUSE, L. *The History of Childhood: The Untold Story of Child Abuse*. New York, Psychohistory Press, 1974, pp.1-73.
- DONOVAN, Denis M. Darkness invisible. *Journal of Psychohistory* 19, 1991, pp.165-184.
- DONZELOT, Jacques. *The Policing of Families*. New York, Macmillan, 1979. [trans. Robert Hurley]
- DOUGLAS, Mary e WILDAVSKY, Aaron. *Risk and Culture: An Essay on the Selection of Technical and Environmental Dangers*. Berkeley, University of California Press, 1982.
- FERRIER, Pierre. Presidential address to The International Society for the Prevention of Child Abuse and Neglect. *Child Abuse and Neglect. The international Journal* 10, 1986.
- FINKELHOR, David. *Sexually Victimized Children*. New York, Free Press, 1979.
- FORD, Clellan S. e BEACH, Ford A. *Patrons of Sexual Behavior*. London, Eyre & Spottiswoode, 1932.
- FORWARD, Susan, e BUCK, Craig. *Betrayal of innocence: incest and Its Devastation*. Harmondsworth, Penguin, 1979.
- FRASER, Gertrude, e Kilbride, Philip L. Child abuse and neglect-rare but perhaps increasing phenomena among the Samia of Kenya. *Child Abuse and Neglect.. The International Journal* 4, 1980, pp.227-232.
- GELLES, Richard J., e Comell, Claire Patrick. Introduction: An international perspective on family violence. In: GELLES e CORNELL. *International Perspectives on Family Violence*. Lexington, Mass., Lexington Books, 1983.

- GIL, David C. Incidence of child abuse and neglect: demographic characteristics of persons involved. In: Helfer and Kempe, 1968.
- _____. Unravelling child abuse. *American Journal of Orthopsychiatry*. 45, 1975, pp.346-356.
- GIOVANNONI, J. M., e BECERRA, R. M. *Defining Child Abuse*. New York, Free Press, 1979.
- GODDARD, Henry Herbert. *Two Soals in One Body? A Case of Dual Personality*. A Study of a Remarkable Case: Its Significance for Education and for the Mental Hygiene of Childhood. New York, Dodd Mead, 1927.
- GOODMAN, Nelson. *A Study of Qualities*. New York, Garland, 1990. [1940]
- _____. *The Structure of Appearance*. Cambridge, Mass., Harvard University Press, 1951.
- _____. *Fact, Fiction, and Forecast*. Indianapolis, Hackett, 1983. [1954]
- _____. *Ways of Worldmaking*. Indianapolis, Hackett, 1978.
- _____. e VAN ORMAN QUINE, Willard. Steps towards a constructive nominalism. *Journal of Symbolic Logic* 12, 1947, pp.97-122.
- GREENLAND, Cyril. Preventing C.A.N. Deaths: An International Study of Deaths Due 10 Child Abuse and Neglect. London, Routledge, Chapman & Hall, 1988.
- HACKING, Ian. World-making by kind-making: Child abuse for example. In: Douglas, Mary e Hull, David. (eds.) *How Classification Works: Nelson Goodman among the Social Sciences*. Edinburgh, Edinburgh University Press, 1992, pp.180-238.
- HANLY, Charles. Review of Masson. 1984. *International Journal of Psycho-analysis* 67, 1987, pp.517-521.
- HERMAN, Judith, e Hirschman, L. *Father-daughter incest*. *Signs* 2, 1977, pp.735-756.
- HOBBS, C. J., e WYNNE, J. M. Buggery in childhood - a common syndrome of child abuse. *The Lancet* 4, outubro de 1986, pp.792-795.
- JANKO, Susan. *Vulnerable Children. Vulnerable Families: The Social Construction of Child Abuse*. New York, Teachers College Press, 1994.
- JOHNSON, Michael P. e HUFBAUER, Karl. Sudden infant death syndrome as a medical research problem since 1945. *Social Problems* 30, 1982, pp.65-81.

- KAMERMAN, Sheila B. Eight countries: Cross national perspectives on child abuse and neglect. *Children Today* 4, pp.1973.
- KEMPE, C. Henry *et alii*. The battered child syndrome. *Journal of the American Medical Association* 181/1, 1962.
- KEMPE, C. Henry *et alii* (eds.) The Abused Child in the Family and in the Community: *Selected Papers from the Second international Conference on Child Abuse and Neglect*. Oxford, Pergamon, 1980.
- KINSEY, Alfred C. *et alii*. *Sexual Behavior in the Human Female*. Philadelphia, W. B. Saunders, 1953.
- LANDIS, Judson T. Experiences of 500 children with adult sexual deviation. *Psychiatric Quarterly Supplement* 30, 1956, pp.91-109.
- LI, C. K.; WEST, D. J. e WOODHOUSE, T. J. *Children's Sexual Encounters with Adults*. London, Duckworth. 1990.
- LYNCH, Margaret A. Child abuse before Kempe. *Child Abuse and Neglect: The International Journal* 9, 1985, pp.7-15.
- MASSON, Jeffrey. *The Assault on Truth: Freud's Suppression of the Seduction Theory*. New York, Penguin, 1984.
- MEADOW, R. Fictitious Illness - the Last Hinterland of Child Abuse. In: MEADOW, R. (ed.) *Recent Advances Pediatrics*. Edinburgh, Oliver and Boyd, 1984.
- METALIOUS, Grace. *Peyton Place*. New York, J. Messner, 1956.
- NADER, Mey, NEFF, Brenda J. e NEFF, Ronald L. *Incest as Child Abuse: Research and Applications*. New York, Praeger, 1986.
- NELSON, Barbara. *Making an Issue of Child Abuse: Political Agenda Setting for Social Problems*. Chicago, Chicago University Press, 1984.
- O'CARROLL, T. *Paedophilia: The Radical Case*. London, Peter Owen, 1980.
- PARTON, Nigel. *The politics of Child Abuse*. Basingtoke. Macmillan, 1985.
- PFOHL, Stephen I. The "discovery" of child abuse. *Social Problems* 24, 1977, pp. 310-323.
- RADBILL, Samuel X. A history of child abuse and infanticide. In: Helfer and Kempe, 1968.
- RAYNAUD, Maurice. *Les Mèdecins au temps de Molière*. Paris, Didier, 1862.

- RUSSELL, Dianne E. H. The incidence and prevalence of intrafamilial and extra familial sexual abuse of female children. *Child Abuse and Neglect: The International Journal* 7, 1983, pp.133-146.
- _____. *Sexual Exploitation: Rape, Child Sexual Abuse and Workplace Harassment*. Beverly Hills, Sage, 1984.
- SCHEMAN, Naomi. *Engenderings: Constructions of Knowledge, Authority and Privilege*. New York, Routledge, 1993.
- SCHULTZ, L. G. Child sexual abuse in historical perspective. *Journal of Social Work and Human Sexuality* 1, 1982, pp.21-35.
- _____. e JONES JR., P. Sexual abuse of children: Issues for social service and health professionals. *Child Welfare* 62, 1983, pp.99-108.
- SEARCH, Gay. *The Last Taboo: Sexual Abuse of Children*. Harmondsworth, Eng; Penguin, 1988.
- SGROI, Suzanne. Sexual molestation of children; The last frontier of child abuse. *Children Today* 4, n° 3, 1975, pp.18-21 e cont.
- SHENGOLD, Leonard. *Soul Murder: The Effects of Childhood Abuse and Deprivation*. New Haven, Yale University Press, 1989.
- TATE, Tim. *Child Pornography: An Investigation*. London, Methuen, 1990.
- WEBER, Ellen. *Incest: Sexual abuse begins at home*. Ms 5, abril de 1977, pp.64-67.
- WEISBERG, D. Kelly. The “discovery” of sexual abuse: “Experts” role in legal policy formation. *University of California at Davis Law Review* 18, 1984, pp.1-57.
- WILBUR, Cornelia B. Multiple personality and child abuse: An overview. *Psychiatric Clinics of North America* 7, 1984.
- WISSOW, Lawrence S. *Child Advocacy for the Clinician: An Approach to Child Abuse and Neglect*. Baltimore, Johns Hopkins, 1990.
- WOLFF, Larry. *Postcards run the End of the World: Child Abuse in Freud’s Vienna*. New York, Atheneum. 1988.
- WYATT, G. 5. e PETERS, S. D. Issues in the definition of child sexual abuse in prevalence research. *Child Abuse and Neglect: The International Journal* 10, 1986, pp.231-240.